

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ANA CAROLINA CERVIERI KASSARDJIAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

Como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais
conscientes

SÃO PAULO
2013

ANA CAROLINA CERVIERI KASSARDJIAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

Como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais conscientes

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas

Campo de Conhecimento: Finanças

Orientador: Professor Samy Dana

SÃO PAULO
2013

ANA CAROLINA CERVIERI KASSARDJIAN

EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

Como o incentivo a essa prática pode auxiliar na formação de adultos financeiramente mais conscientes

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas

Campo de Conhecimento: Finanças

Data de Aprovação:

___/___/___

Banca Examinadora:

Prof. PhD. Samy Dana (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Coutinho de Arruda

SÃO PAULO
2013

*À minha família,
pelo eterno incentivo e apoio.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram tanto direta quanto indiretamente para meu crescimento profissional, humano e intelectual durante minha passagem pela Fundação Getulio Vargas e durante a elaboração desta monografia. A concretização deste trabalho representa mais uma etapa vencida, pela qual eu agradeço especialmente:

A Deus, pela vida.

À minha família: meus pais, Ricardo e Jenifer Kassardjian, que sempre me ensinaram, com afeto, amor e dedicação incondicionais, a olhar para frente e não ter medo do futuro; e meus irmãos, Daniela e João Guilherme, que sempre estiveram ao meu lado com palavras de apoio, incentivo e companheirismo. A eles, minha eterna gratidão e todo o meu amor.

Ao professor Samy Dana que, em meio a uma agenda extremamente ocupada, teve tempo e disposição para me orientar e auxiliar da melhor maneira possível.

À professora Maria Cecília, pela atenção e pelo carinho.

À educadora Cássia D'Aquino, que demonstrou extrema disponibilidade, atenção e colaboração para a concretização deste trabalho.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando durante os momentos mais importantes.

*Educai as crianças
para que não seja necessário punir os adultos.*

Pitágoras

RESUMO

O tema da educação financeira vem ganhando espaço nas mais diversas discussões econômicas e sociais, dado que se tem percebido a importância dessa iniciativa para o desenvolvimento dos países e de seus habitantes.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a eficácia dos métodos ligados à educação financeira como um todo, demonstrando as relações principais entre as vertentes de riqueza e desenvolvimento dos países e seu grau de educação financeira, respondendo à seguinte pergunta de pesquisa: “Como a educação financeira infantil pode auxiliar na formação de adultos mais conscientes e de que forma ela deve se estruturar para atingir este objetivo?”.

Fazendo uso de um levantamento qualitativo através de dados secundários e entrevista semiestruturada, a intenção aqui é demonstrar a eficácia da educação financeira no sentido de fazer com que os indivíduos se tornem mais preparados diante das alternativas de crédito existentes no mercado e se tornem consumidores mais conscientes. Os dados analisados demonstram que, dentre os países selecionados, aqueles que possuem indivíduos mais educados financeiramente apresentam maiores índices de PIB per capita, de poupança interna, e de relação entre crédito e PIB, além de menores índices de inadimplência bancária. Esses dados levam à conclusão de que a educação financeira é de fato efetiva e produz resultados significativos, devendo ser repassada aos indivíduos de maneira a ser trabalhada cada vez mais cedo, visando uma maior fixação dos conceitos e maior período de aprendizado, fazendo então emergir o conceito de educação financeira infantil.

A importância em educar financeiramente as crianças se mostra cada vez maior, uma vez que a atual sociedade apresenta uma valorização crescente do “ter” em detrimento do “ser” e conta com fortes estímulos midiáticos direcionados especificamente às crianças, levando-as a não desenvolverem a capacidade de distinção entre o que é de fato necessidade e o que é vontade ou desejo. A educação financeira infantil vem, portanto, como uma saída para este problema, uma vez que adultos financeiramente educados demonstram um maior grau de consumo consciente e de habilidade de escolha perante diferentes alternativas de crédito ou mesmo de investimento.

Dessa forma, serão expostas as principais abordagens a serem adotadas com as crianças, expondo as atividades e princípios relacionados a cada faixa etária da fase infantil, os principais instrumentos a serem utilizados e a divisão de tarefas entre pais e escolas.

Palavras-chave: educação financeira, educação infantil, educação financeira infantil, consumo consciente, poupança, investimento.

ABSTRACT

Financial education has become a common topic of conversation in social and economic discussions given the importance of such education of the development of both countries and their inhabitants.

The following study aims to demonstrate the effects of these methods tied directly to detailed financial education, demonstrating the main relation between wealth, country development and level of financial education by answering the following surveyed question: “How can childhood financial education assist towards raising more financially aware adults and how this should be structured to achieve this?”

Using qualitative research through secondary data and a semi-structured interview, the intent here is to demonstrate the effectiveness of financial education in contributing towards making consumers more aware and better prepared to understand all credit alternatives available in Markets. The data here analyzed shows that within the selected countries, those whose inhabitants are more financially aware present higher GDP per capita, higher internal savings and also a higher relation between credit and GDP as well as presenting lower credit/financial delinquency. This data leads to the conclusion that financial education is indeed effective and produces significant results and should be taught and encouraged from an early age to cover all financial concepts throughout childhood to become what is considered childhood financial education.

Then importance of financially educating children grows exponentially once our modern society presents an ever greater valuation of “possessing” over “being” and is constantly in the cross fire of media stimulus specifically directed at children which in turn may lead to the non-development of the capacity to distinguish what is in fact truly needed from what is wanted or craved. Childhood financial education is therefore a solution to this issue since financially educated adults show greater awareness towards consumption and a better ability to choose which is the most suitable credit line or even investments to make.

The main ways of approaching children, exposing activities and the principles related to each phase of childhood, the main tools used and the relation between parent and school responsibilities will be shown at the end of this study.

Key words: financial education, childhood education, childhood financial education, aware consumption, savings, and investments.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - <i>Spread</i> bancário e relação crédito sobre PIB	21
Gráfico 2 - Indicador Serasa Experian de Educação Financeira – nota geral	54
Gráfico 3 - Indicador Serasa Experian de Educação financeira por classe social	54
Gráfico 4 - Indicador Serasa Experian de Educação financeira por escolaridade.....	55
Gráfico 5 - Relação entre PIB per capita e inadimplência bancária.....	58
Gráfico 6 - Relação entre PIB per capita e poupança interna bruta	59
Gráfico 7 - Relação entre PIB per capita e qualidade da educação primária	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questionário de Educação Financeira.....	47
Quadro 2 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 5 e 8 anos	65
Quadro 3 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 9 e 12 ano	67
Quadro 4 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 13 e 15 anos	69
Quadro 5 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para jovens com idade entre 16 e 18 anos	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios de diferenciação entre os tipos de pesquisa de Marketing	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 - Resultados do questionário de educação financeira ao redor do mundo.....	48
Tabela 3 - Parâmetros de comparação entre países selecionados.....	50
Tabela 4 - Parâmetros de comparação - geral	91

LISTA DE SIGLAS

ACSO	Associação Comercial de Sorocaba
ASERC	Associação Nacional das Empresas de Recuperação do Crédito
BACEN	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros
Bovespa	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo
CNC	Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM	Comissão Mobiliária de Valores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEIC	Pesquisa Nacional do Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Apresentação do Tema	17
1.2. Justificativa.....	19
1.2.1. O cenário brasileiro.....	20
1.3. Formulação do Problema.....	22
1.4. Objetivos	23
1.4.1. Objetivos Gerais.....	23
1.4.2. Objetivos Específicos.....	23
1.5. Contribuições Esperadas	24
1.6. Estruturação da Proposta	25
2. BASE TEÓRICA	26
2.1 Educação Infantil.....	26
2.1.1 Origens da educação infantil.....	26
2.1.2 Educação infantil no Brasil.....	28
2.2 Educação Financeira.....	31
2.2.1 O conceito	31
2.2.2 Evolução histórica.....	32
2.2.3 Educação financeira infantil.....	33
2.3 Benefícios e limitações da educação financeira	35
2.3.1 Os benefícios.....	35
2.3.2 As limitações.....	37
2.4 Marketing de consumo X educação financeira.....	37
2.5 Endividamento.....	38
2.6 Inadimplência	39
2.7 <i>Spread</i> da taxa de juros.....	40
2.8 Relação entre crédito privado e PIB	40
3. METODOLOGIA	42
4. MEDINDO O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	46
4.1 Medindo a educação financeira no mundo: estudo do Banco Mundial.....	46
4.2 Cruzamento de dados: comparação entre países e o impacto da educação financeira	50
4.3 Situação no Brasil: indicador Serasa Experian.....	53
4.4 Avaliação da relação entre educação financeira e nível de renda do país	55

4.4.1 PIB per capita.....	56
4.4.2 Porcentagem de empréstimos bancários inadimplentes frente ao total de empréstimos.....	56
4.4.3 Poupança interna bruta.....	57
4.4.4 Dados e conclusões	57
5. IMPLANTANDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL	62
5.1 A importância da educação financeira na infância	62
5.2 As abordagens adequadas a cada faixa etária	63
5.2.1 Primeiro estágio do aprendizado: faixa etária de 5 a 8 anos	64
5.2.2 Segundo estágio do aprendizado: faixa etária de 9 a 12 anos	66
5.2.3 Terceiro estágio do aprendizado: faixa etária de 13 a 15 anos	68
5.2.4 Quarto estágio do aprendizado: faixa etária de 16 a 18 anos	70
5.3 Princípios e instrumentos	72
5.3.1 Remuneração.....	73
5.4 O papel dos pais e o papel da escola na formação financeira das crianças	74
5.4.1 Instrumentos para aplicação nas escolas.....	76
6. CONCLUSÕES	78
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
8. APÊNDICES.....	86

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do Tema

A educação financeira como um todo vem se mostrando alvo de estudos sob a ótica de diversos campos e vertentes, indo desde a concepção de que essa prática pode auxiliar na formação de adultos mais responsáveis financeiramente até a ideia de que é esse o estímulo que falta para que países como o Brasil saiam da situação de desenvolvimento na qual se encontram hoje: de acordo com Ferreira (2007), a educação financeira, aliada ao fortalecimento dos conceitos da psicologia econômica, poderia colaborar de forma importante para encaminhar os inúmeros problemas socioeconômicos do Brasil rumo a um avanço. O Banco Mundial (2011b, apud SCARRETTA, 2013), que apoia as iniciativas nesse sentido, defende que o “analfabetismo financeiro” é um dos gargalos para o crescimento de países como o Brasil.

Primeiramente há a preocupação em definir o próprio tema, já que ainda há uma considerável confusão neste sentido. Se para alguns a educação financeira está ligada ao ensinamento técnico e teórico de matemática financeira ou ainda de práticas de investimento em ações, por exemplo, para outros este conceito está fortemente ligado à ideia de ensinar a poupar acima de qualquer coisa. Mas educação financeira vai muito além disso, em especial quando se fala em educação financeira infantil. De acordo com D’Aquino (2008), em um cenário onde a ética do consumo, as rápidas transformações dos vínculos familiares e a novidade de se viver em um ambiente de economia estável se juntam para confundir as pessoas, a preocupação de fazer com que as crianças tenham uma melhor relação com o dinheiro é cada vez maior, visando um crescimento contínuo, consciente e financeiramente saudável.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – (2005), o conceito de educação financeira resume-se ao processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos envolvidos no processo de investimento e, então, poderem fazer

escolhas mais conscientes e realizarem ações que melhorem seu bem estar, tendo a possibilidade de contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades mais responsáveis e mais comprometidos com o futuro.

Dessa forma, a educação financeira se mostra um conceito muito mais amplo e até muito mais simples do que os investimentos no mercado de capitais. A grande preocupação aqui é que a conscientização seja efetiva o suficiente para mostrar a todas as pessoas a real importância deste conceito. O foco não deve ser, portanto, a busca de novos conhecimentos ou a perseguição de riquezas, mas sim a melhoria de atitudes e posturas que façam com que o dinheiro disponível para cada pessoa passe a render mais, proporcionando mais segurança e conforto.

É necessário, portanto, que se saiba equilibrar os gastos do consumo diário com a poupança e os investimentos visando o bem estar e o consumo futuro. D'Aquino (2008) ressalta, portanto, os quatro principais pontos da educação financeira: (1) como ganhar dinheiro; (2) como poupar; (3) como gastar; e (4) como doar, incluindo aqui as noções tempo, dinheiro e talento, englobando a responsabilidade social e ética dos indivíduos. Entra aqui a questão da importância da educação financeira infantil: de acordo com a autora, hoje em dia ter nível superior não é garantia de futuro tranquilo, e a expectativa de vida é muito superior à verificada há alguns anos. A nova geração viverá mais tempo, e precisará saber ganhar e guardar dinheiro para viver durante mais tempo sem depender de filhos ou do Governo.

A divulgação de como se dá o comportamento econômico, ou seja, dentro de quais contextos ocorrem as decisões econômicas e quais operações psíquicas estão envolvidas nelas, em direção a um maior esclarecimento da população sobre esta importante dimensão de sua vida, poderia impulsionar seu movimento de apropriar-se de suas escolhas no âmbito socioeconômico e, portanto, favorecer sua emancipação como cidadãos participantes de seu tempo (FERREIRA, 2007, p. 4).

Nesse sentido, é estabelecida a ideia de que a educação financeira infantil não envolve apenas a concepção de ensinar as crianças a economizarem o dinheiro que eventualmente recebem dos pais, mas sim de ensiná-las a manejar o dinheiro de forma equilibrada e sustentável, buscando benefícios em longo prazo no estabelecimento de um comportamento econômico adequado (D'AQUINO, 2008).

Cria-se então uma área de estudo e pesquisa que justifica a preocupação dos pais e a realização de investimentos crescentes por parte das escolas – tanto públicas quanto particulares – no sentido de dar andamento a uma política de educação financeira de seus alunos.

1.2. Justificativa

“A chamada cidadania financeira, que é entendida como o exercício pleno dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo” (BACEN, 2012b, p. 4). Apesar de ainda incipiente, o assunto vem ganhando cada vez mais espaço, já que tem consequências para toda a sociedade.

Tendo em vista o crescimento da importância dada ao tema no mundo todo, o presente estudo tem como objetivo principal a identificação de como a prática dos ensinamentos da educação financeira durante a infância pode auxiliar na formação de adultos mais conscientes e mais responsáveis, por meio do levantamento de dados de outros países e do estabelecimento de hipóteses de dependência e complementaridade entre indicadores selecionados, e identificando as estratégias e metodologias empregadas mundo afora.

De acordo com publicação da Serasa Experian (2012), a educação financeira no Brasil não faz parte do universo educacional familiar e nem do ambiente escolar. Em contrapartida, nos países desenvolvidos a preocupação com a educação financeira é crescente, e isso se dá em decorrência de dois principais fatores: em primeiro lugar estão os avanços constantes da medicina, que levam a um aumento na expectativa de vida destes países para as novas gerações; e em segundo lugar, aparece o fato de que as crianças hoje crescem em um ambiente envolto por uma cultura extremamente consumista, o que evidencia a necessidade de que estas crianças saibam como devem ou não gastar o seu dinheiro – e o dos seus pais.

Para Caldas (2011), esta necessidade de conscientização é reforçada pelo fato de que hoje em dia 80% da influência de compra dentro de uma casa vem das crianças, o que explica os esforços publicitários no sentido de atrair e despertar desejos desse público. Fascinadas pelas propagandas e anúncios estrategicamente elaborados e colocados na mídia, as crianças vêm surgir um desejo pela aquisição dos produtos que, se não controlado da

maneira correta pelos pais, pode fazer com que se crie um indivíduo consumista que se tornará um jovem e adulto com sérios problemas financeiros e até mesmo pessoais.

1.2.1. O cenário brasileiro

Há uma série de fatores que levam à crescente importância da educação financeira quando se objetiva a satisfação no controle das finanças pessoais, tanto no cenário internacional quanto no nacional. De acordo com a OCDE (2005), alguns deles são a ampla gama de opções de produtos e serviços financeiros de empréstimos e de investimentos, as novas tecnologias de acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população e as reformas nos sistemas previdenciários que gradualmente transferem dos governos para os cidadãos a responsabilidade sobre sua aposentadoria. No entanto, há no Brasil alguns fatores que adicionam importância à implantação de programas de educação financeira, tais como o alto *spread* bancário (diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de captação), a cultura gerada por décadas de alta inflação, e o fato de que grande parte da população possui pouco acesso ao sistema financeiro (BACEN, 2012b).

A importância cada vez maior da educação financeira também se justifica pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, visto que pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros. No caso internacional, a inadimplência dos compradores americanos de hipoteca contribuiu para o estouro da bolha imobiliária de 2008, desencadeando uma crise financeira internacional. No caso brasileiro, o inadimplemento corresponde a um terço do *spread* bancário, gerando um maior custo do crédito para a sociedade (BACEN, 2012b, p. 4).

Segundo Oltramari (2013), o que falta para alavancar os investimentos no país é a educação financeira, pois há pouco conhecimento e informações confiáveis disponíveis à população. Os novos investimentos, ou ainda o redirecionamento dos investimentos já existentes, dependem primordialmente destes dois fatores, já que “o atual cenário econômico [...] favorece uma migração dos investimentos tradicionais para o mercado de investimentos de maior risco e horizonte de maturação maior” (OLTRAMARI, 2013).

De acordo com estudos do BACEN (2012b), a relação entre crédito e PIB apresentada pelo Brasil, que tem potencial de crescimento se comparada aos atuais índices

dos países desenvolvidos e será detalhada posteriormente no corpo do texto do presente estudo, pode se agravar diante da falta de educação financeira da população brasileira aliada aos altos *spreads* das operações de crédito, conforme mostra o Gráfico 1.

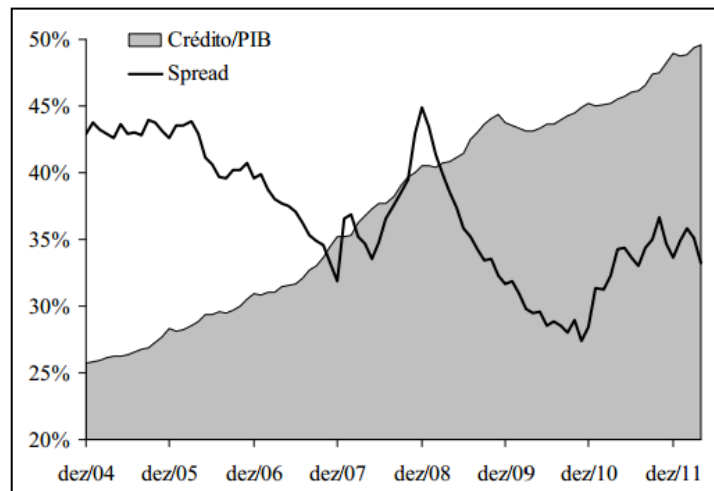


Gráfico 1 - *Spread* bancário e relação crédito sobre PIB
Fonte: BCB, 2012, p.5.

A necessidade de se estruturar uma estratégia de educação financeira torna-se, portanto, cada vez mais evidente. Uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisas Rosenfield encomendada pela BM&F Bovespa (apud WILTGEN, 2012) mostra que a maioria dos brasileiros não entende nem o básico sobre investimentos e desconhece as mudanças econômicas que estão ocorrendo, como a queda da taxa de juros básica da economia. Além disso, a pesquisa apontou falta de planejamento por parte dos brasileiros, já que apenas 37,7% dos entrevistados possuem algum instrumento de controle de gastos e para 53,4% não sobra dinheiro ao final do mês. Outro dado relevante apontado é a forma como as informações são obtidas: 47,2% dos entrevistados se informam com parentes, amigos e conhecidos para tomar decisões financeiras; em seguida vem a televisão, fonte de informação para 15,8% dos entrevistados, e por último a internet, pela qual procuram 13,6%. Essa falta de consciência sobre os investimentos e sobre como se deve manipular o dinheiro disponível pode fazer com que o brasileiro seja enganado e usurpado sem desconfiar.

1.3. Formulação do Problema

Tomando por base a existência de uma sociedade na qual as pessoas não possuem o hábito de lidar adequadamente com suas finanças e as implicações decorrentes desta prática tanto na economia quanto na vida de cada cidadão, verifica-se a necessidade de chamar a atenção para este quadro e suas possíveis soluções. Diante disso, verifica-se o crescimento da preocupação a respeito da educação financeira tanto de crianças quanto dos próprios adultos, dando origem a diversas discussões a respeito do tema e atraindo profissionais das mais diversas áreas do conhecimento.

O presente estudo monográfico terá como ponto de partida a análise da educação infantil como um todo, buscando entender as principais correntes de pensamento e as principais teorias relacionadas. Será estudada posteriormente a educação financeira como conceito geral, passando por suas implicações na economia e no comportamento dos indivíduos, e em adição a este tópico será introduzida a educação financeira infantil em sua esfera conceitual.

O desenvolvimento do trabalho será pautado tanto pelo aspecto psicológico envolvido no processo da educação financeira infantil quanto nas implicações práticas para a economia e para a vida do cidadão, sendo aqui identificada uma lacuna de conhecimento e fazendo surgir a pergunta de pesquisa da monografia: “Como a educação financeira infantil pode auxiliar na formação de adultos mais conscientes e de que forma ela deve se estruturar para atingir este objetivo?”.

Buscando responder à pergunta de pesquisa apresentada anteriormente e dar as bases para as conclusões, o estudo será dividido de forma a primeiramente mostrar que a educação financeira tem papel fundamental na relação dos indivíduos com o dinheiro, expondo que adultos financeiramente educados agem com maior consciência frente às alternativas de crédito e de investimento e possuem comportamentos mais adequados em termos de postura financeira. Em seguida, a partir das conclusões obtidas, dar-se-á encaminhamento à análise da aplicação prática da educação financeira infantil.

A pergunta de pesquisa aparece como a oficialização da formulação de um problema identificado, sendo que em cima dela é desenvolvida a hipótese de que a educação financeira pode contribuir para o estabelecimento de uma relação mais equilibrada com o

dinheiro, o que acaba proporcionando às crianças maiores chances de se tornarem adultos mais responsáveis e conscientes no que diz respeito ao *trade-off* “consumir X poupar”.

1.4. Objetivos

Os objetivos do trabalho foram divididos em Objetivos Gerais e Objetivos específicos, a fim de proporcionar um maior entendimento do tema e da estruturação do estudo. As diferenciações e detalhamentos seguem descritos no texto subsequente.

1.4.1. Objetivos Gerais

A partir do exposto até então, podem ser identificados alguns objetivos gerais para o trabalho, que são aqueles que se relacionam diretamente com a pergunta de pesquisa previamente colocada e são determinantes para a obtenção de conclusão lógica para o trabalho.

- a. Entender o avanço das noções de educação financeira infantil no Brasil;
- b. Identificar a importância que a educação financeira infantil pode ter na formação das crianças;
- c. Estudar as estratégias de implantação a serem utilizadas para fixar o conceito de educação financeira como assunto de forte importância no currículo escolar e na vida familiar;
- d. Identificar tendências tendo por base outros países que já adotem medidas neste sentido.

1.4.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são determinados a partir da necessidade de serem alcançados os objetivos gerais, sendo, portanto, os passos a serem tomados para auxiliar neste encaminhamento:

- a. Entender aspectos do cenário brasileiro que se mostrem determinantes para a ascensão deste tema;
- b. Avaliar a relação entre educação financeira e a consciência de consumo dos indivíduos e seu comportamento frente às alternativas de investimento;
- c. Entender as vertentes em torno da necessidade de se implantar programas de educação financeira infantil;
- d. Estudar o consumo brasileiro sob a ótica das finanças pessoais;
- e. Buscar diferenciar as estratégias adequadas a cada etapa do desenvolvimento na implantação de um plano de educação financeira infantil.

1.5. Contribuições Esperadas

Por meio da estruturação e do desenvolvimento da pesquisa, com avaliação do crescimento e do posicionamento daqueles que defendem a implantação de programas de educação financeira no Brasil, é esperado que o presente trabalho contribua para o campo da administração de empresas como um todo, englobando ciências que vão desde o marketing até a psicologia do consumo, bem como é esperado que o trabalho adquira aplicabilidade prática, na medida em que pode se tornar fonte de auxílio de pesquisas tanto para pessoas quanto para organizações e escolas que desejarem implantar um programa de educação financeira, ou para aquelas que já o implantaram e desejam aprimorar seu posicionamento e eficácia das medidas e posturas adotadas.

Identificando dados de outros países, o presente estudo pode dar as bases para um projeto de replicação no Brasil de estratégias de sucesso verificadas mundo afora.

Pode servir ainda como subsídio para organizações de outros ramos que não o da educação infantil, mas que possuam interesse na educação financeira e em seus desdobramentos positivos para a sociedade como um todo e para a economia do país, dado que o estudo passará primeiramente pela educação financeira em geral para posteriormente explorar a educação financeira infantil.

1.6. Estruturação da Proposta

A primeira parte consistiu na introdução a respeito do trabalho, com apresentação do tema a ser explorado e breve justificativa da escolha, expôs a determinação do problema e o desenvolvimento da pergunta de pesquisa, que aparece como base para a estruturação, definição dos objetivos e contribuições esperadas com o estudo.

Segue agora na Seção 2 a exposição do referencial teórico da monografia, com o objetivo de fundamentar o tema nas teorias existentes, exibindo os principais conceitos e temas citados ao longo do trabalho.

Na Seção 3, será apresentada a metodologia de pesquisa a ser utilizada como fonte de dados. A Seção 4 dará início às análises e será constituída pela estruturação de uma avaliação do impacto da educação financeira no Brasil e no mundo, sendo então seguida pela Seção 5, que abordará as estratégias de implantação da educação financeira infantil e, por fim, o encaminhamento conclusivo será apresentado na Seção 6.

2. BASE TEÓRICA

O referencial teórico do estudo está pautado em alguns principais conceitos, temas e termos, que aparecerão com recorrência ao longo do desenvolvimento do estudo, e serão analisados em maior profundidade a seguir de modo que esta análise prévia dos conceitos facilitará o entendimento do estudo como um todo.

2.1 Educação Infantil

2.1.1 Origens da educação infantil

A educação infantil foi tida como sendo de responsabilidade exclusiva das famílias durante muito tempo. De acordo com Craidy e Kaercher (2000, p. 13), a criança aprendia a se tornar membro de um grupo interagindo com adultos e outras crianças, aprendendo a participar das tradições e a dominar os conhecimentos que fossem necessários para a sua sobrevivência e para superar as exigências da vida adulta. Em decorrência disso, o papel da criança na sociedade se definia pelas expectativas dos adultos, e assim foi durante muito tempo (COSTA, 2002).

Segundo Costa (2002), durante a Idade Média o *status* da criança era praticamente nulo, já que o modo de lidar com as crianças era baseado em costumes herdados da Antiguidade e sua existência dependia do poder do pai: crianças de famílias pobres podiam simplesmente ser abandonadas ou vendidas. No entanto, a ascensão do Cristianismo abriu uma nova perspectiva ao futuro das crianças, já que os monges estabeleceram espaços sociais nos quais eram criados “verdadeiros ‘jardins de infância’, [...] recebendo indistintamente todas as crianças entregues, vestindo-as, alimentando-as e educando-as, num sistema integral de formação educacional.” (COSTA, 2002).

De acordo com Aranha (2006), a escola moderna surge a partir dos séculos XVI e XVII em oposição à escola medieval: enquanto a educação medieval destinava-se à formação do clero e acolhia as crianças de qualquer idade, buscando isolá-las da sociedade dos adultos

para que não perdessem sua pureza, na educação moderna a criança se desprende dos dogmas da igreja e passa a ser valorizada por sua espontaneidade e sua natureza pura e infantil.

Ainda de acordo com Aranha (2006), com a ascensão da burguesia e o aumento do poder econômico desta classe durante o século XVIII, veio um grande crescimento urbano e cultural. Diante disso, os burgueses, que defendiam os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, passaram a demonstrar grande interesse pela educação: queriam educar seus filhos para que eles tomassem a frente da política e dos negócios.

Segundo Lima (2009), a Revolução Burguesa levou à percepção da necessidade de elaboração de novos métodos educacionais que se mostrassem mais adequados à nova realidade da ordem social, em detrimento do modelo de ensino da Igreja que até então vinha sendo empregado.

A partir do desenvolvimento da economia capitalista durante o século XIX, assistiu-se ao início de uma concentração de capital nas mãos de uma pequena fatia da população, fazendo com que as pessoas deixassem de ser “identificadas pela maneira como produziam e passassem a ser comparadas e avaliadas a partir dos produtos que exibiam” (D’AQUINO, 2008, p. 4). Isso fez surgir a necessidade de que as pessoas aprendessem a lidar com dois estados diferentes em relação às mercadorias disponíveis para aquisição: era preciso saber distinguir entre o querer e o precisar, reforçando ainda a ideia de poupar para atingir determinados objetivos. Foi esse desenvolvimento capitalista e urbano que, segundo Sanches (2004), fez nascer a ideia das creches na Europa, que se estabeleceram como sendo locais onde os pais podiam deixar seus filhos de até três anos durante o período de expediente.

De acordo com Lima (2009), foi durante esse período que Johan Heinrich Pestalozzi se dedicou a enfatizar a importância de adequar os métodos educacionais em função da necessidade de crescimento e desenvolvimento de cada criança; desse modo, as escolas deveriam ser organizadas tendo por base a faixa etária dos estudantes: uma classe para os menores de oito anos, outra para crianças de oito a onze anos e a terceira para aqueles que tivessem entre onze e dezoito anos. Para Froebel¹ (2003, apud FERRARI, 2011), criador do conceito dos “jardins de infância”, as crianças eram como plantas em sua fase de formação, exigindo cuidados periódicos para que crescessem de maneira saudável. Dessa forma, a pré-escola era tida como fator fundamental na superação da miséria e indiferença das famílias,

¹ FROEBEL, F. *Pedagogics of the Kindergarten*. University press of the Pacific: 2003. 392 p.

proporcionando um futuro mais promissor às crianças que fossem educadas da maneira correta. Além disso, via a educação como sendo uma atividade em que escola e família deveriam caminhar juntas, dando importância ao papel dos pais como formadores e educadores.

Estes modelos foram aprimorados no decorrer do século XX e se aproximaram da educação moderna, sendo que sempre houve a preocupação de orientar a educação infantil no sentido de salientar a preocupação existente com o futuro das crianças, tanto no sentido da profissão quanto no sentido de exercerem papéis importantes na sociedade. Para Paschoal e Machado (2009), foi a partir da segunda metade do século XIX que “o quadro das instituições destinadas à primeira infância era formado basicamente da creche e do jardim de infância ao lado de outras modalidades educacionais, que foram absorvidas como modelos em diferentes países.”.

2.1.2 Educação infantil no Brasil

O Brasil apresentou algumas particularidades no que diz respeito à educação infantil. Conforme Paschoal e Machado (2009), no Brasil “a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos o caráter pedagógico”. As creches davam, segundo Craidy e Kaercher (2000), assistência na alimentação, na segurança física e na higiene das crianças ali guardadas.

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET², 2001, apud PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 79).

² DIDONET, V. *Creche: a que veio, para onde vai*. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001.

Ao final do século XIX, período de aumento da migração para as grandes cidades e de início do estabelecimento do país como Brasil República, foram adotadas iniciativas – ainda que de forma isolada – de proteção à infância, buscando reduzir os índices de mortalidade infantil. Tais iniciativas se dividiam entre a estruturação de creches ou de jardins de infância (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Se, por um lado, os programas de baixo custo, voltados para o atendimento às crianças pobres, surgiam no sentido de atender às mães trabalhadoras que não tinham onde deixar seus filhos, a criação dos jardins de infância foi defendida, por alguns setores da sociedade, por acreditarem que os mesmos trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo foi criticado por identificá-los com instituições europeias (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 83).

Para Oliveira (1992), o aumento da industrialização do país e a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, em conjunto com a chegada dos imigrantes europeus, fez com que os movimentos operários adquirissem força. Os trabalhadores se organizavam reivindicando melhores condições de trabalho, incluindo aqui a criação de instituições de ensino e cuidado de suas crianças.

Segundo Kramer³ (1995, apud PASCHOAL; MACHADO, 2009), o poder público passou a atuar de forma mais vigorosa no sentido de implantar instituições destinadas ao atendimento das crianças menos favorecidas, mas não se via nestas instituições uma grande preocupação pedagógica estruturada de maneira linear, já que as professoras eram voluntárias e facilmente desistiam do trabalho. Enquanto isso, as pré-escolas particulares possuíam propostas de cunho pedagógico voltadas à socialização das crianças e à preparação para a vida.

Nota-se que as crianças das diferentes classes sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, já que, enquanto as crianças das classes menos favorecidas eram atendidas com propostas de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças das classes sociais mais abastadas recebiam uma educação que privilegiava a criatividade e a sociabilidade infantil (KRAMER, 1995, apud PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 84).

De acordo com Paschoal e Machado (2009), foi na década de oitenta que se acentuou a preocupação com o direito das crianças a uma educação de qualidade, sendo essa preocupação concretizada na Carta Constitucional de 1988. A partir do estabelecimento da

³ KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Carta, as creches deixaram de ser vinculadas à assistência social e passaram a ser de responsabilidade da área da educação do país, fortalecendo a ideia de que estas instituições deveriam exercer um trabalho educacional.

Conforme análise de Craidy e Kaercher (2000), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos, determinando a criação de Conselhos para traçar as diretrizes políticas, tutelares e educacionais, assegurando o direito a creches e pré-escolas. Além disso, os autores destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que regulamentou a educação infantil e a inseriu como primeira etapa da Educação Básica, definindo também que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

Desse modo, verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 86).

Pode-se concluir, portanto, que houve considerável avanço na educação infantil do país, tanto com relação ao aspecto legal quanto na aplicação prática. No entanto, Barreto (1998) ressalta que os desafios impostos ao efetivo cumprimento dos direitos assegurados pela legislação podem ser resumidos em dois grandes pontos: a questão do acesso e a questão da qualidade do atendimento.

Quanto ao acesso, destaca-se que a entrada das crianças em creches e escolas ainda não é totalmente satisfatória, além do fato de que as famílias de baixa renda ainda encontram muitos obstáculos neste sentido. Com relação à qualidade do atendimento, a autora defende que parte do problema se encontra na forma como as instituições de ensino foram se estabelecendo no país, sem os investimentos e atenção necessários ao bom andamento do sistema. Além disso, destaca que a formação dos educadores e professores – bem como o seu reconhecimento perante a sociedade – é um dos fatores mais importantes para a estruturação de um padrão educacional de qualidade.

2.2 Educação Financeira

Essa seção dedica-se primeiramente à estruturação dos principais tópicos de discussão acerca da educação financeira como um todo, partindo posteriormente para as particularidades da educação financeira infantil.

2.2.1 O conceito

Conforme tratado anteriormente, a conceituação aparece como fator de primordial importância quando se fala em educação financeira. Isso porque além das diferentes correntes de pensamento existentes, há considerável confusão na mente da população em geral, já que há quem pense que educação financeira se confunde com a busca por riqueza e fortuna (MODERNELL, 2011).

Segundo documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005), a instituição identificou, em 2003, que a maioria de seus países membros reconhecia a importância da educação financeira e, diante disso, estruturou o “*OECD Financial Education Project*”, cujo objetivo final seria providenciar alternativas ou formas de se melhorar a educação financeira e os padrões de alfabetização através de princípios comuns da literatura financeira. Esse objetivo seria alcançado por meio do estudo das iniciativas de educação financeira nos países membros e em alguns não membros selecionados e posterior elaboração de cartilhas e livros de recomendação para ajudar na efetiva implementação de programas de educação financeira.

A OCDE (2005) defende que a importância da educação financeira aumentou nos últimos anos devido tanto ao desenvolvimento dos mercados financeiros quanto às mudanças demográficas, econômicas e políticas verificadas ao redor do globo: os mercados financeiros, que oferecem cada vez mais alternativas de crédito e instrumentos de poupança, tanto por meio dos bancos quanto por meio das cooperativas de crédito, exigem cada vez mais conhecimento por parte dos consumidores; com a realização de mudanças nos planos de pensão e aposentadoria complementar, fica cada vez mais nas mãos dos cidadãos a responsabilidade pelo seu bem estar financeiro; e com o aumento da expectativa de vida, os

indivíduos precisam assegurar que terão as condições necessárias para manter-se por mais tempo. Dessa forma, segundo a OCDE:

A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção. (OCDE, 2005, p.13, tradução nossa).

Pode-se verificar, a partir do conceito explicitado acima, que a educação financeira está intimamente ligada ao bem estar individual, já que auxilia na formação de cidadãos mais conscientes e mais preparados para tomar decisões importantes em suas vidas.

2.2.2 Evolução histórica

D'Aquino (2008) expõe que, em sua história, o homem sempre exibiu um comportamento ligado à necessidade da aquisição de produtos. Em uma época na qual não existia moeda, os produtos eram adquiridos por meio da troca: o homem trocava o que possuía pelo que necessitava, sendo utilizados neste processo inúmeros objetos e utensílios. A essa forma de comércio deu-se o nome de escambo. Na Idade Média, com o desenvolvimento da classe dos ourives considera-se que foi estruturado o primeiro modelo de sistema bancário: os ourives exerciam a função de guardar em seus depósitos as riquezas de alguns clientes, e passaram a emprestar esses montantes depositados a terceiros que precisassem de dinheiro.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento da economia capitalista, foram verificadas mudanças no cenário como um todo, já que as pessoas precisaram aprender a lidar com a concentração de dinheiro e poder nas mãos de uma minoria, além de passarem por mudanças nos paradigmas, já que na nova perspectiva as pessoas passaram a ser comparadas com base naquilo que podiam adquirir e, conseqüentemente, exibiam seus bens ao resto da sociedade (D'AQUINO, 2008).

D'Aquino (2008) interpreta que o capitalismo está intrinsecamente relacionado ao consumismo na sociedade atual, o que reforça a importância da educação financeira infantil.

Isso porque as crianças hoje crescem em um ambiente com extrema valorização do dinheiro e dos prazeres por ele trazidos, mas não crescem com a conscientização adequada do real valor do dinheiro e das coisas que podem ser compradas: elas sabem o preço, mas não sabem o valor daquilo que exaustivamente pedem aos pais.

Para a autora, o assunto no Brasil pode ser considerado relativamente novo, já que não é hábito do brasileiro estruturar um planejamento financeiro ou mesmo falar sobre dinheiro e suas dificuldades, em especial em se tratando da situação na qual o ouvinte é uma criança. Isso ocorre principalmente devido à história econômico-financeira do país: o Brasil passou por oito trocas de moeda em 52 anos, sendo que seis aconteceram em um espaço de apenas vinte anos. A instabilidade econômica fez parte da vida dos brasileiros por muitos anos, o que inviabilizava qualquer tentativa de planejamento financeiro, além de ter implantado a mentalidade do “comprar agora”, já que eram verificadas mudanças de preços em períodos muito curtos (às vezes até no mesmo dia).

D’Aquino (2008) reitera ainda que devido ao processo de estabilização econômica, o mercado financeiro brasileiro pôde se organizar e se modernizar, oferecendo novos produtos e aperfeiçoando os já existentes. Foi a partir da década de 1990, portanto, que os indivíduos e suas famílias passaram a exigir mais informações e conhecimento objetivando tomadas de decisões mais conscientes quando se fala em planejamento financeiro.

Esse novo cenário trouxe a concepção de que era possível e desejável a realização de um planejamento financeiro consciente e estruturado, com tomadas de decisões adequadas entre consumir e poupar, apesar do *boom* de consumo verificado a partir de 1993 (ALÉM; GIAMBIAGI, 1997). Surge então uma necessidade de difusão de informações confiáveis sobre finanças pessoais, alertando para alternativas de investimento e possibilitando melhor gestão dos recursos disponíveis, gerando um aumento na importância da educação financeira e de sua transmissão às crianças.

2.2.3 Educação financeira infantil

Como a educação financeira como um todo vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões, surgem diversas iniciativas de incentivo e de estudo. A educação financeira

infantil viria, portanto, como um primeiro passo na tentativa de transformar sociedades financeiramente despreparadas, dando origem a uma geração de investidores e consumidores conscientes e responsáveis. Isso porque, segundo o BACEN (2012b, p. 4), “pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros”, tanto em termos de cumprimento de prazos de pagamento quanto de negociação das taxas de juros ou de escolha diante das alternativas existentes.

Segundo D’Aquino (2008), a função primordial da educação financeira infantil é criar as bases para que na vida adulta estas crianças “possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação a dinheiro”. Dessa forma, a educação financeira infantil vem como mecanismo de apoio e iniciação para que, na vida adulta, estas crianças venham a lidar bem com o dinheiro. Além disso, a autora reforça que os ensinamentos sobre o ganho e os usos do dinheiro devem sempre ser norteados pelos princípios da ética, podendo ser, dessa forma, estendidos a outras esferas da vida.

Para Kioyosaki (2000), a alfabetização financeira é essencial na formação das crianças, que devem não só aprender e entender as letras, mas também os números. O autor afirma que é essencial saber ler o que os números estão dizendo e entender a história que está sendo contada por eles, estruturando os conceitos de contabilidade.

Contabilidade é o que chamo de alfabetização financeira. [...] A alfabetização financeira é a capacidade de ler e entender demonstrações financeiras. Isso lhe permite identificar os pontos fortes e fracos de qualquer negócio (KIOYOSAKI, 2000, p. 125).

A alfabetização financeira se mostra, portanto, fundamental, já que afeta diretamente tanto a vida pessoal quanto a profissional, facilitando a relação com o dinheiro e com as finanças pessoais. Para Alan Greenspan (2003), ex-presidente do Federal Reserve, a introdução de conceitos básicos de finanças nas escolas ao nível primário e secundário ajuda os jovens a evitar más decisões financeiras que podem demorar anos a serem superadas ou contornadas.

De acordo com Cerbasi (2011), começar cedo e da forma correta podem ser iniciativas que diferenciarão, no futuro, um milionário de um endividado. É necessário, portanto, ensinar às crianças e jovens as competências adequadas para cuidarem dos próprios recursos e assim se tornarem independentes o mais rápido possível. Para tanto, as relações

com o dinheiro devem fazer parte do cotidiano das crianças, de modo a não criar bloqueios que dificultem seu manuseio na vida adulta, e isso pode ser feito a partir da utilização das ferramentas e conceitos adequados quando da realização da abordagem financeira.

D'Aquino (2008) defende que a educação financeira – principalmente quando voltada para crianças – é um assunto ainda novo no Brasil. Isso porque, em um país que passou por seis mudanças de moeda em um intervalo de vinte anos e teve a economia sufocada pela alta inflação, era praticamente impossível estruturar um planejamento financeiro sem pensar em resultados frágeis e desanimadores. A consequência é que aqueles que passaram por esses períodos de instabilidade e não aprenderam os princípios da educação financeira têm que se esforçar em dobro para educar as crianças da nova geração.

2.3 Benefícios e limitações da educação financeira

2.3.1 Os benefícios

Segundo a OCDE (2006), os principais benefícios conferidos aos indivíduos financeiramente educados são a maior confiança nos processos de tomada de decisão e a melhoria da situação financeira, já que dá as bases para um maior acesso ao sistema financeiro, à renda de aposentadoria adequada e à redução do risco de superendividamento, auxiliando ainda no desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos.

Para o BACEN (2012b), a educação financeira propicia ainda uma maior proteção contra infortúnios, já que os cidadãos ficam em situação mais protegida e também podem aproveitar oportunidades diferentes de investimento, como a utilização do FGTS para a compra de ações ou o investimento em fundos de previdência que gerem benefício fiscal. A instituição salienta ainda a importância do aumento do conhecimento sobre as alternativas de crédito existentes, já que muitos brasileiros acreditam que suas únicas opções são o limite do cheque especial ou o cartão de crédito, desconhecendo opções como o crédito direto ao consumidor, o empréstimo consignado e as linhas oferecidas por cooperativas de crédito.

Além disso, a instituição afirma que a melhor compreensão dos conceitos financeiros esclarece o funcionamento de mecanismos como o dos juros compostos aplicados

aos créditos do consumidor e às aplicações dos investidores, facilitando o entendimento de questões de volatilidade de cotações de ações, da relação entre risco e retorno e dos descontos concedidos na realização de compras à vista. Estes fatores levam a um grande benefício por parte do cidadão no que diz respeito às decisões diárias de consumo e investimento, ampliando sua visão de longo prazo e evitando que os consumidores entrem em estágio de superendividamento, conceito este que será detalhado adiante. A instituição supracitada expõe ainda que os cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações financeiras colhem informações de fontes confiáveis e efetivamente úteis, além de fazerem denúncias e reclamações pertinentes, contribuindo para a saúde financeira da economia como um todo além de se protegerem adequadamente.

Complementar a essa vertente, está a opinião de Alan Greenspan (2003), ex-presidente do Federal Reserve, que defende que os consumidores financeiramente educados se tornam menos vulneráveis a fraudes e abusos, além de se tornarem mais alertas a esquemas que prometam baixo risco frente a altos retornos.

A OCDE (2005) levantou em seu estudo os benefícios da educação financeira tanto para os consumidores quanto para as instituições financeiras. Segundo Mavrínac e Ping⁴ (2004, apud OCDE, 2005, p.66), há evidências de que os problemas de dívida da maioria das pessoas não são causados pela falta de renda, mas sim pela falta de educação financeira básica, e isso se dá devido a três razões básicas. Primeiramente porque aqueles que têm esse conhecimento vão em busca de melhores alternativas de empréstimo e de renegociação das dívidas existentes, conseguindo menores taxas de juros. Em segundo lugar, há o fato de que a chamada “educação de crédito” beneficiaria os grupos mais afetados pelo peso das dívidas: com maior conhecimento nesse sentido, os indivíduos entendem como gerenciar da melhor maneira duas contas de cartão de crédito, além de buscarem poupar mais e investir em planos de aposentadoria. A terceira razão é que consumidores mais educados financeiramente têm mais disposição no sentido de evitar falências pessoais e créditos de fontes inseguras, o que leva a um benefício por parte das instituições financeiras, que passariam por uma redução nos índices de inadimplência e outras perdas ligadas a falências pessoais.

O BACEN (2012b) alerta ainda para mais um benefício, ligado à adequação da renda de aposentadoria dos cidadãos, pois cada vez menos se pode contar com a previdência social, e a responsabilidade pela saúde financeira é transferida do Estado para os cidadãos.

⁴ MAVRINAC, S. e PING, C. W. *Financial Education for Women in Asia Pacific*. Hong Kong: 2004.

Dessa forma, aqueles mais financeiramente instruídos tendem a poupar mais em sua fase ativa no mercado de trabalho, buscando investimentos diferenciados e melhor estruturados, como carteiras de ações, planos de previdência privada e seguros; enquanto isso, aqueles que detêm menos conhecimento neste sentido tendem a não poupar e, conseqüentemente, não formar o patrimônio necessário para garantir bem estar a partir de uma renda passiva.

2.3.2 As limitações

Segundo estudo do BACEN (2012b, p. 22), há alguns fatores culturais e psicológicos que geram limitações à educação financeira, tais como “o comportamento arraigado, a contabilidade mental, a impulsividade, a falta de interesse em aprender e a avaliação superestimada que as pessoas fazem sobre seu conhecimento financeiro, somados à eventual regulação insuficiente de um fraco sistema de proteção ao consumidor”. Dessa forma, não basta apenas fornecer informações e ferramentas financeiras aos consumidores, mas sim realizar esforços no sentido de motivá-los a superar as barreiras comportamentais para se empenharem e aprenderem como fazer uma melhor gestão financeira.

Além disso, a instituição defende que há outros aspectos importantes no que diz respeito à adequada gestão financeira por parte dos consumidores e investidores, já que a educação financeira não substitui os demais aspectos importantes de uma política pública eficaz, sendo composta também por uma rede de proteção ao consumidor e por uma boa regulação das instituições financeiras.

2.4 Marketing de consumo X educação financeira

Conforme exposto anteriormente, um dos motivos pelos quais a educação infantil vem ganhando espaço é o fato de que a mídia passou a explorar a fragilidade e inocência das crianças para estimular o consumo. O estabelecimento de regras e limites ajuda na criação de responsabilidades e, com paciência, na criação de adultos mais equilibrados e maduros em relação ao dinheiro (D'AQUINO, 2008).

Os anunciantes também se tornaram capazes de transmitir às crianças que o consumo fará suas vidas melhores e que seu valor próprio depende da qualidade de suas posses. Ao mesmo tempo, transmitem aos pais que dar produtos às crianças se iguala a lhes dar amor (GALLO; GALLO, 2006, p. 58).

Conclui-se, portanto, que a influência midiática sobre as crianças é extremamente forte hoje em dia, sendo que o cenário no Brasil é ainda mais delicado. Isso porque, conforme pesquisa realizada pelo IBOPE em 2007 (apud CALDAS, 2011), as crianças brasileiras estão entre as que mais assistem a programas de televisão no mundo, ficando mais de quatro horas por dia em frente ao aparelho. Somado a isso, está o fato de que 80% da influência de compra dentro de uma casa vêm das crianças (CALDAS, 2011): os publicitários passam, então, a adotar uma linguagem atrativa que chama a atenção das crianças e logo desperta o desejo pelo produto exibido. Segundo D'Aquino (2008), outro agravante no caso do Brasil está na baixa rigidez com que são tratadas as questões de regulamentação da publicidade infantil na comparação com outros países.

Nesse sentido, D'Aquino (2008) defende que o ideal é refrear o consumo infantil, pois assim a criança aprende não somente como se portar com relação à questão financeira, mas também aprende a lidar com situações adversas das quais ela não tem controle, além de ampliar sua capacidade de compreender, absorver e sobreviver a frustrações.

2.5 Endividamento

De acordo com estudo feito pelo Observatório do Endividamento dos Consumidores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002), o endividamento pode ser definido como o ato de um indivíduo gerar um saldo devedor, sendo que este saldo pode ser resultado de apenas uma dívida ou de um conjunto delas.

Dentro deste contexto, surge também o conceito de superendividamento, que o referido estudo esclarece como sendo a situação em que o devedor possui compromissos financeiros para os quais não possui capacidade de pagamento. Essa situação decorre de uma má gestão das finanças pessoais e do desconhecimento das transações de crédito, e gera uma pressão financeira muitas vezes inesperada pelo consumidor.

De acordo com a Pesquisa Nacional do Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada em 2012 pela Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo (CNC), há alguns tipos principais de dívida adotados pela população brasileira: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa. Essas são as modalidades que mais aparecem como causadoras da situação de endividamento dos cidadãos.

No entanto, é preciso enfatizar aqui a diferença entre endividamento e inadimplência. Seguem, na próxima seção, os devidos esclarecimentos.

2.6 Inadimplência

De acordo com a Associação Comercial de Sorocaba – ACSO – (2009), o endividamento está ligado à tomada de empréstimo de recursos, o que pode até ser visto de maneira positiva em termos da economia regional, já que estimula o consumo. De acordo com Freitas (2004), o acesso ao crédito é um dos principais elementos que fazem com que o crescimento econômico se aproxime de seu potencial. A disponibilidade de crédito bancário garante a fluidez do comércio a partir do momento em que faz com que os agentes econômicos gastem montantes superiores à sua renda e possibilita o investimento fundamental à expansão das atividades empresariais. Juntos, esses dois fatores atuam de maneira direta sobre a taxa de crescimento de um país.

O problema aqui é que para possuir o dinheiro no momento em que se deseja, devem ser pagos juros, que por sua vez podem ser abusivos. Aliado a esse fato, está a falta de análise feita pelos tomadores de empréstimos, que muitas vezes comprometem grande parte de sua renda levando a dificuldades futuras quando for necessário pagar o que se deve.

Para Domingos (2012), o conceito de dívida é muito mais amplo do que o conceito de inadimplência, já que um cidadão que está endividado é aquele que se comprometeu com um valor a ser pago, englobando aqui, entre outros casos, as pessoas que realizam compras parceladas, que financiam carros ou casas, que distribuem cheques pré-datados e que pagam a parcela mínima do cartão de crédito. Por outro lado, inadimplente é aquele que não honra seus compromissos na data combinada, dentro do prazo acordado, ou

não realiza pagamento de parcelas, o que leva à realização de cobranças e ao risco de o consumidor ter seu nome adicionado à lista de devedores de alguns órgãos, como a Serasa e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) no Brasil.

2.7 Spread da taxa de juros

Segundo o estudo “Juros e *Spread* Bancário” realizado pelo Banco Central do Brasil (2012a), o *spread* bancário pode ser definido basicamente como a diferença entre a taxa de aplicação e a taxa de captação dos bancos, ou seja, é a diferença entre o preço de compra e o preço de venda do dinheiro, sendo que a definição de seu valor é pautada, primordialmente, pela taxa de inadimplência, pelos lucros dos bancos, pelos tributos e pelos custos administrativos.

Para o economista Roberto Luis Troster (2002), o custo do dinheiro – do qual o *spread* bancário faz parte – é uma variável de grande importância quando se fala em análise econômica de um país. Isso porque quanto mais caro for o dinheiro, maiores serão os índices de inadimplência e também de desemprego, além de causar redução nas taxas de investimento, de consumo e de produção. Um cenário de juros altos inviabilizaria, portanto, um desenvolvimento sustentável e a busca de mais igualdade em uma sociedade.

Troster (2002) defende que o *spread* elevado faz com que diminua a oferta de crédito do país, e aponta que há uma forte correlação negativa entre *spread* e relação crédito/PIB (indicando que quanto maior o *spread* de um país menor será sua relação crédito/PIB): isso significa que uma redução nos custos bancários aumentaria a relação crédito/PIB, que é uma variável chave de crescimento e será exposta com mais detalhes a seguir.

2.8 Relação entre crédito privado e PIB

Para Troster (2002), a relação entre crédito e PIB (Produto Interno Bruto) é de fundamental importância na análise econômica de um país e um fator de peso no crescimento. Isso porque, segundo o autor, quanto maior for essa relação maior será o PIB per capita do

país, dado que países com um sistema de crédito mais desenvolvido têm formas de canalizar as poupanças interna e externa de maneira mais eficiente e em melhores condições para investimentos produtivos que ajudem a economia a crescer mais rapidamente; enquanto isso, sistemas bancários ineficientes cobram *spreads* muito altos, desestimulando poupadores e tomadores de empréstimos, e comprometendo seu crescimento econômico.

Além disso, uma maior eficiência bancária não beneficiaria somente a economia do país como um todo, mas também o controle do orçamento doméstico das famílias, já que os benefícios – entre eles, juros baixos e tarifas reduzidas –, poderiam ser estendidos às camadas mais pobres da população.

3. METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo a análise de metodologia a ser utilizada como fonte de informações e recursos para o estudo. Desta forma, será explorada aqui a pesquisa de marketing e seus desdobramentos, uma vez que ela é uma importante ferramenta gerencial na identificação de problemas e suas soluções, atuando, conseqüentemente, como agente facilitador dos processos de tomada de decisão.

Partindo do estabelecimento de uma hipótese já apresentada, pode ser traçado um paralelo entre a pesquisa a ser realizada aqui e as pesquisas de marketing, dado o dinamismo verificado entre o apontamento de problemas e busca por soluções. De acordo com Malhotra (2011), a pesquisa de marketing atua como elemento de conexão do consumidor, do cliente, e do público ao profissional de marketing, por meio de informações. Estas informações são utilizadas na identificação e na definição de oportunidades e problemas, para gerar, refinar e avaliar ações de marketing, para monitoramento de desempenho e para melhorar a compreensão do marketing como processo. A pesquisa atua, portanto, na especificação da informação requerida, na formulação do método de coleta, no gerenciamento e implantação do método escolhido, e na análise e comunicação dos resultados obtidos e suas implicações.

Segundo o referido autor, as pesquisas são realizadas em duas situações: na identificação de problemas e na resolução deles. Além disso, o processo de pesquisa se dá em seis etapas, conforme descrito a seguir.

1. Definição do problema. Aqui é definido o propósito da pesquisa, levando-se em conta a finalidade do estudo, o contexto no qual o problema está inserido, as possíveis informações que serão necessárias e de que forma os resultados serão utilizados no processo de tomada de decisões.

2. Desenvolvimento de uma abordagem. O próximo passo é a determinação das informações necessárias na investigação do problema, com a formatação de uma estrutura objetiva ou teórica, de modelos analíticos, problemas de pesquisa, hipóteses e a identificação de fatores que possam influenciar a concepção da pesquisa.

3. Formulação da concepção da pesquisa. Aqui, são identificadas as fontes relevantes de informação e são avaliados os métodos de coleta de dados em função de sua utilidade, sofisticação e complexidade.

4. Trabalho de campo ou coleta de dados. É realizada aqui a coleta de dados a partir do método eleito como mais adequado com participação em campo.

5. Preparação e análise dos dados. Os dados coletados são então analisados e interpretados de modo a fornecer as devidas inferências, incluindo a editoração, codificação, transcrição e certificação dos dados.

6. Preparação e apresentação do relatório. Como etapa final, é realizada documentação do projeto e de seus resultados, de forma a permitir a utilização das informações para a tomada de decisão.

As pesquisas de marketing dão subdivididas em dois tipos: exploratória e conclusiva, sendo que a pesquisa conclusiva é geralmente mais formal e estruturada do que a exploratória, e se divide em descritiva e causal. A Tabela 1, representada abaixo, sintetiza as principais características de cada uma destas categorias de acordo com Malhotra (2011).

Tabela 1 - Critérios de diferenciação entre os tipos de pesquisa de Marketing

Tipo de Pesquisa	Objetivos	Características
Exploratória	Prover critérios e compreensão	Processo flexível; Amostra pequena não representativa; Análise qualitativa dos dados
Descritiva	Descrever características ou funções do mercado	Processo formal e estruturado; Amostra grande e representativa; Análise quantitativa dos dados
Causal	Determinar relações de causa e efeito	Processo formal e estruturado; Amostra grande e representativa; Análise quantitativa dos dados

Fonte: adaptado de MALHOTRA, 2011.

Este estudo fará uso da pesquisa exploratória, cujo principal objetivo é ajudar na compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador, a partir do desenvolvimento de hipóteses e da obtenção de critérios para o desenvolvimento do estudo.

No que diz respeito aos dados, verifica-se que estes podem ser de duas naturezas distintas: primários ou secundários, sendo que, de acordo com Kotler e Keller (2006) o

primeiro tipo representa os dados coletados pelo próprio pesquisador quando os dados necessários não existem, não estão atualizados, exatos ou completos, ou não são confiáveis, enquanto que o segundo tipo engloba todos os dados já existentes coletados para outros fins, fazendo-se uso de fontes como enciclopédias, publicações do governo, artigos, notícias ou até da compra de bancos de dados comerciais de empresas tais como a A.C. Nielsen.

A análise dos dados engloba dois possíveis enfoques: qualitativo ou quantitativo. De acordo com Malhotra (2011), a análise qualitativa tem como objetivo o entendimento qualitativo das razões e motivações subjacentes, com uma amostra com número pequeno de casos não representativos, coleta dos dados realizada de maneira semiestruturada, e uma análise não estatística dos dados; enquanto isso, a análise quantitativa busca quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para o universo de interesse, com uma amostra grande o suficiente para ser representativa e coleta de dados estruturada, além da análise estatística dos dados.

De acordo com Oliveira (1999, p. 117), o método qualitativo tem como objetivo o estudo de “situações complexas e particulares”, não empregando dados estatísticos como centro do processo de análise de uma situação-problema.

Desta maneira, as pesquisas que utilizam essa abordagem possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Dentro do enfoque qualitativo, há três principais técnicas para obtenção dos dados primários: as dinâmicas de *focus group*, as entrevistas em profundidade e a observação. A pesquisa estruturada neste estudo será de natureza exploratória, fazendo uso da análise qualitativa no diagnóstico dos dados, que serão tanto primários quanto secundários. Como ferramenta de investigação será utilizada a técnica das entrevistas em profundidade, já que o objetivo final é o entendimento maior do tema exposto a partir de conversas individuais.

Os motivos pela escolha das entrevistas de profundidade incluem um maior entendimento do tema e a possibilidade de investigar o assunto com maior liberdade, uma vez que permite a observação de aspectos tais como a expressão física, além de estabelecer um

fluxo contínuo na troca de informações. Para Minayo (1994), o método da entrevista privilegia a obtenção de informações que revelam condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz (o entrevistado), as representações de determinado grupo. Optou-se aqui pela realização de entrevistas semiestruturadas, que, de acordo com Croker e Heigham (2009), são entrevistas que apresentam questões delineadas, mas não fechadas (estabelecidas no formato de tópicos de discussão), permitindo respostas subjetivas e deixando o entrevistador apto a lidar com uma possível mudança no caminho da entrevista. No entanto, para facilitar o entendimento, a transcrição será feita sob a forma de perguntas estruturadas.

Além da entrevista em profundidade, que será realizada com a especialista em educação financeira Cássia D'Aquino⁵, será de grande valor para o resultado do estudo a realização de pesquisa de dados secundários e análise quantitativa dos dados levantados. Buscando estabelecer relações estatísticas que forneçam as bases necessárias para a análise da hipótese colocada, serão levantados indicadores diversos que possam ser estudados tanto em conjunto quanto individualmente e que possam ser estruturados de maneira a comprovar ou refutar a hipótese proposta.

Os dados obtidos serão compilados na forma de documentos escritos, o que possibilita um encadeamento lógico das informações e permite maior organização dos dados (uma vez que informações semelhantes deverão ser filtradas e informações complementares serão relacionadas).

⁵ Educadora com especialização em crianças, pós-graduada em Ciências Políticas, é autora de artigos e livros sobre educação financeira. Criadora e coordenadora do Programa de Educação Financeira em inúmeras escolas do Brasil e *Corresponding Member* da International Association for Citizenship, Social and Economics Education (IACSEE). É também a representante do Brasil no Global Financial Education Program, iniciativa voltada para o desenvolvimento da educação financeira da população de baixa renda em todo o mundo. É assessora de diversas instituições públicas e privadas para criação e desenvolvimento de programas de largo alcance. Entre outras, podem ser destacadas suas participações em projetos do Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Angola, BM&F Bovespa, Febraban, Serasa Experian e USAID (United States Agency for International Development).

4. MEDINDO O IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A presente seção tem por objetivo a abordagem de diferentes métricas utilizadas para mensurar a educação financeira no Brasil e no mundo. Diante da falta de um indicador definido, unificado e formalmente estruturado, são estabelecidos estudos e pesquisas na tentativa de se estabelecer um padrão de comparação entre os países ou mesmo um índice propriamente dito de educação financeira, como é o caso da tentativa feita pela Serasa Experian (2013) no Brasil, no qual foram definidas três principais métricas (Atitude, Comportamento e Conhecimento) entendidas como componentes determinantes da educação financeira do país, sendo relacionadas e ponderadas de forma a resultar em um número indicador da educação financeira da população brasileira.

4.1 Medindo a educação financeira no mundo: estudo do Banco Mundial

Xu e Zia (2012), em estudo feito pelo Banco Mundial, agregaram resultados provenientes de pesquisas realizadas em diversos países do mundo com o intuito de medir o nível de educação financeira e sua eficácia nestes países.

A dificuldade em medir a educação financeira está ligada ao fato de que esse conceito engloba uma série de vários outros conceitos que se relacionam, além de ser difícil entender como as pessoas processam as informações econômicas e tomam decisões informadas a respeito de suas finanças. Xu e Zia (2012) colocam que o termo pode englobar conceitos que vão desde os produtos financeiros e as instituições, passando por regimes de investimento realizados por cada indivíduo e pela habilidade matemática de se calcular a parcela de um pagamento ou a taxa de juros, por exemplo, indo até um conceito mais geral de gestão financeira e planejamento das finanças pessoais ou familiares. Diante disso, Lusardi e Mitchell⁶ (2011, apud XU; ZIA, 2012) desenvolveram um questionário de apenas três perguntas que visa testar o entendimento de três conceitos básicos de finanças: a taxa de juros, a inflação, e a relação entre diversificação e risco, conforme exposto no Quadro 1, onde as respostas corretas aparecem em negrito.

⁶ LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *Financial Literacy Around the World: An Overview*. CeRP Working Papers: Center for Research on Pensions and Welfare Policies, Turin, Itália. Mar, 2011.

1) Suponha que você possui \$100 em uma poupança, e a taxa de juros é de 2% ao ano. Após cinco anos, quanto você imagina que teria na conta assumindo que você não mexeu no dinheiro durante este período?

Mais do que \$102

Exatamente \$102

Menos de \$102

Não sabe

Recusou-se a responder

2) Imagine agora que a taxa de juros é de 1% ao ano e a inflação é de 2% ao ano. Após um ano, quanto você poderia comprar com o dinheiro desta conta?

Mais do que hoje

Exatamente o mesmo

Menos do que hoje

Não sabe

Recusou-se a responder

3) Classifique como sendo verdadeira ou falsa a seguinte expressão: "Comprar ações de uma única empresa geralmente promove um retorno mais seguro do que comprar de um fundo de ações.".

Verdadeiro

Falso

Não sabe

Recusou-se a responder

Quadro 1 - Questionário de Educação Financeira

Fonte: LUSARDI; MITCHELL, 2011, apud XU; ZIA, 2012, p. 5, tradução nossa.

Nota: os grifos indicam as respostas corretas às perguntas apresentadas.

Apesar de caberem questionamentos com relação à eficiência desse questionário, os autores defendem que ele possibilita a criação de uma base comparativa quando se deseja confrontar diferentes países. Os resultados estão expostos na Tabela 2 sob a forma de percentual de entrevistados que forneceram a resposta correta para cada questão (representadas como Q1, Q2 e Q3).

Tabela 2 - Resultados do questionário de educação financeira ao redor do mundo

País	Q1. Taxa de Juros	Q2. Inflação	Q3. Diversificação e risco
Renda Alta			
Estados Unidos	63%	64%	52%
Alemanha	82%	78%	62%
Japão	71%	59%	40%
Holanda	85%	77%	52%
Renda Média-alta			
Rússia	36%*	51%*	13%*
Romênia	24%*	43%	-
Chile	2%*	26%	46%
Renda Baixa-média			
Indonésia	78%	61%	28%*
Índia	59%	25%	31%

Fonte: adaptado de XU; ZIA, 2012, p. 7.

Nota 1: os valores indicam os percentuais de pessoas que forneceram a resposta certa às questões.

Nota 2: os esclarecimentos a respeito dos destaques feitos na tabela (com o sinal *) encontram-se abaixo, no corpo do texto.

É necessário que se faça apenas uma ressalva: podem ocorrer diferenças de um país para outro nas opções disponíveis para resposta ou mesmo nas questões propostas, sendo que eventuais diferenças estão devidamente destacadas na Tabela 2 (com a marca *) e especificadas a seguir. Apesar das diferenças, todas as perguntas realizadas visavam a medição do grau de conhecimento da população acerca dos três princípios previamente explicitados.

- Na Questão 1, os entrevistados chilenos foram solicitados a fornecer a resposta numérica exata para uma pergunta mais difícil e específica em termos numéricos (“Suponha que você possui \$200 em uma conta de poupança. A taxa de juros é de 10% ao ano. Quanto você terá após dois anos?”), e os russos e romenos também enfrentaram uma questão com grau de dificuldade um pouco superior à exposta no Quadro 1 (“Assuma que você depositou \$100.000 em uma conta bancária pelo período de cinco anos com uma taxa de juros de 10% ao ano, sendo que o rendimento será adicionado ao principal ao final de cada ano. Quanto dinheiro você terá em cinco anos se você não fizer nenhuma retirada: mais de \$150.000, exatamente \$150.000 ou menos do que \$150.000?”).

- Na Questão 2, os entrevistados russos enfrentaram a seguinte pergunta: “O cenário é daqui a um ano. Assuma que sua renda seja o dobro da atual, e que os preços também dobraram. Você acha que você terá condições de comprar mais, menos ou a mesma quantidade de bens e serviços?”.
- Com relação à Questão 3, os entrevistados russos responderam à seguinte questão: “Qual é o investimento mais arriscado: ações de uma única companhia ou ações de um fundo mútuo, ou o risco é idêntico para ambos?”; no caso da Indonésia, a questão foi: “Classifique a seguinte expressão como verdadeira ou falsa: Para um fazendeiro, é mais seguro plantar apenas um tipo de cultura do que adotar o modelo de culturas múltiplas.”.

A partir dos resultados colhidos com a aplicação do questionário e com outros levantamentos bibliográficos, Xu e Zia (2012) chegaram a algumas principais conclusões, tais como: (1) a educação financeira parece estar associada ao nível de renda e à qualidade da educação; (2) há diferenças comportamentais entre indivíduos de diferentes países; e (3) curiosamente, o interesse pelo tema de educação financeira parece ser maior e mais disseminado em países de renda mais baixa.

De acordo com Xu e Zia (2012), foi observado um padrão em todos os países nos quais houve aplicação do questionário no sentido de que entrevistados com menores níveis de educação apresentaram maiores chances de dar a resposta errada às perguntas apresentadas, o que levou à conclusão de que o nível de educação pode ser usado como variável relevante na classificação de países em relação ao seu grau de educação financeira.

Com relação ao comportamento financeiro dos indivíduos, Xu e Zia (2012) concluem que em países de renda mais alta, a educação financeira está ligada a um comportamento financeiro mais sofisticado, dentro do qual os indivíduos possuem uma postura ativa frente à realização de investimentos, além de assumirem mais riscos e buscarem diversificar sua carteira de ativos. Nesses países, uma das funções fundamentais da educação financeira é munir os indivíduos com a capacidade necessária para que consigam navegar dentro de uma complexa gama de produtos financeiros, incluindo pensões e hipotecas, e para que tomem decisões financeiras conscientes e úteis para suas vidas. Sobre países de menor renda, os autores concluíram que o alcance da educação financeira é mais limitado, já que os produtos financeiros mais sofisticados são geralmente acessíveis a uma pequena porcentagem da população. Nesse contexto, adquire mais importância o foco da educação financeira em

umentar o acesso aos produtos financeiros, além de buscar aprimorar o conhecimento da população acerca de conceitos relacionados ao microempreendedorismo, já que essa prática é entendida pelos autores como sendo mais frequente nos países em desenvolvimento.

Diante das conclusões apresentadas, segue um levantamento de alguns indicadores dos países relacionados acima, que servirá de base para o encaminhamento conclusivo sobre a eficácia da educação financeira.

4.2 Cruzamento de dados: comparação entre países e o impacto da educação financeira

Visando o aprofundamento da análise, a Tabela 3 expõe alguns parâmetros de comparação entre a base de países selecionada com o intuito de complementar a análise exposta no estudo de Xu e Zia (2012) e dar as bases para a introdução do estudo feito pela Serasa Experian (2013) no Brasil.

Tabela 3 - Parâmetros de comparação entre países selecionados

País	Tempo para resolver insolvência (em anos) (2011)	<i>Spread</i> da taxa de juros (2011)	Relação crédito privado/PIB (2011)	Qualidade da educação primária (escala de 1 a 7) (2011)
Renda Alta				
Estados Unidos	1,5	2,9%	194,4%	4,6
Alemanha	1,2	2,7%	104,5%	4,6
Japão	0,6	1,1%	172,8%	5,1
Holanda	1,1	3,4%	198,1%	5,5
Renda Média-alta				
Rússia	2,0	4,8%	46,8%	4,0
Romênia	3,3	6,8%	45,2%	4,0
Chile	3,2	3,0%	71,2%	2,7
Renda Baixa-média				
Indonésia	5,5	6,2%	31,7%	4,1
Índia	4,3	5,1%	50,6%	3,4
Brasil	4,0	31,1%	61,4%	2,5

Fonte: adaptado de base de dados do Banco Mundial (2011a) e Schwab, K. (2011).

Os dados expostos na Tabela 3 podem ser relacionados e estruturados visando a obtenção de algumas principais conclusões. Em primeiro lugar, percebe-se que os países considerados por Xu e Zia (2012) como sendo países de alta renda apresentam os maiores níveis de relação entre crédito privado e PIB e baixas taxas de *spread* da taxa de juros, o que indica um alto grau de desenvolvimento do sistema bancário e reforça a hipótese exposta previamente e defendida por Troster (2002) de que há uma intensa correlação negativa entre estes dois parâmetros. Isso porque reduções nos custos bancários dão as bases para aumentos na relação crédito/PIB, variável esta que, segundo o autor, está intimamente ligada ao crescimento de um país e a seu PIB per capita, uma vez que valores saudáveis desse indicador mostram que o país possui um sistema de crédito desenvolvido no qual as formas de se canalizar as poupanças interna e externa ocorrem de maneira mais eficiente e em melhores condições para a realização de investimentos produtivos que impulsionem a economia e a ajudem a crescer mais rapidamente.

Segundo levantamento do Banco Mundial (2012), o tempo para resolver a situação da população inadimplente, medido em anos, pode ser entendido como medidor da saúde de um país. Isso porque um bom sistema de contenção da inadimplência inibe a liquidação prematura de negócios que podem se mostrar sustentáveis, além de desencorajar os credores a emitirem empréstimos de alto risco e os tomadores a fazerem empréstimos imprudentes. Conforme exposto na Tabela 3, os países tidos como de alta renda são os que apresentam os menores índices em relação a esse indicador, mostrando um sistema de crédito mais evoluído e menos burocrático.

Além disso, conforme conclusão obtida por Xu e Zia (2012), a população dos países de renda mais alta detém um maior conhecimento acerca dos produtos financeiros, apresentando uma postura mais ativa perante as alternativas de investimento e fazendo uso de produtos financeiros mais sofisticados, enquanto que a população dos países de renda mais baixa faz uso de instrumentos financeiros menos sofisticados. Essa conclusão pode ser reforçada pelo nível de educação dos países listados, já que os países de alta renda apresentam maior qualidade na educação do que os classificados como renda média-alta ou baixa-média.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, ou DIEESE (2012), o crescimento econômico apresentado pela economia brasileira nos últimos anos tem sido sustentado pelo mercado interno, graças a dois principais fatores: o aumento da massa salarial e o aumento do consumo das famílias, propiciados,

respectivamente, por intermédio da expansão do mercado de trabalho e da expansão das operações de crédito bancário. A expansão no crédito bancário pode ser verificada a partir da evolução constante do volume de crédito em relação ao PIB, que, segundo o DIEESE (2012), apresenta aumentos desde 2004. No entanto, apesar da forte expansão do crédito, o Brasil ainda se encontra em uma situação distante da apresentada por outros países, como os enquadrados na faixa de alta renda da Tabela 3.

Dessa forma, o DIEESE (2012) coloca que para que o Brasil continue em sua trajetória de crescimento contando com o mercado interno, é preciso que o país passe por expansões na oferta de crédito tanto em volume quanto em padrões internacionais. No entanto, há barreiras para esse crescimento, tais como a elevada taxa de juros, os *spreads* abusivos e o elevado custo de captação verificado tanto no mercado externo quanto no interbancário. A comparação entre o nível de *spread* apresentado pelo Brasil e outros países pode ser verificada na Tabela 3, onde se observa que a taxa de *spread* bancário no Brasil é muito superior às taxas apresentadas por qualquer um dos países listados, indicando uma alta margem de ganho bruto dos bancos. Segundo o DIEESE (2012):

Reduzir o *spread* significa trazê-lo aos padrões praticados em nível internacional e, por consequência, ampliar o espaço para a elevação do crédito voltado ao consumo e investimento, com prática de juros menores do que os atuais (DIEESE, 2012, p. 6).

Foi neste cenário e partir deste diagnóstico que, segundo nota técnica do DIEESE (2013), o governo federal brasileiro acionou dois dos grandes bancos públicos federais para que iniciassem um movimento de redução de suas taxas, objetivando que os bancos privados seguissem o mesmo caminho para que não perdessem competitividade no mercado. Além disso, o Copom passou a apresentar reduções na taxa básica de juros da economia, na tentativa de aumentar a atratividade de investimentos produtivos e liberar recursos públicos antes destinados a pagamentos do serviço da dívida. Apesar dessas medidas, o DIEESE (2013) aponta que ainda deverão ser realizados outros ajustes para que o Brasil chegue a um patamar de *spread* mais competitivo.

Diante das comparações realizadas tendo por base os países selecionados por Xu e Zia (2012) em seu estudo, segue um estudo feito pela Serasa Experian com o objetivo de estabelecer um indicador de educação financeira no Brasil. A seguir, será exposto um levantamento mais generalista, que engloba uma lista mais extensa de países e tem por

objetivo analisar a relação entre o nível de renda do país e indicadores do grau de educação financeira da população.

4.3 Situação no Brasil: indicador Serasa Experian

Tendo em vista a classificação dos países em função dos parâmetros estabelecidos nas Tabelas 2 e 3 e as comparações conclusivas feitas entre eles, em conjunto com a comparação dos indicadores apresentados pelo Brasil, é exposta agora a métrica estabelecida pela Serasa Experian (2013) para mensurar a educação financeira no Brasil.

Este índice de educação financeira foi lançado pela Serasa Experian (2013) com o intuito não somente de estabelecer um parâmetro fixo, mas também de auxiliar no entendimento do consumidor brasileiro como um todo. Para a formatação do índice, que possuirá veiculação anual, foram entrevistadas 2002 pessoas com idade superior a 16 anos em 142 cidades do país, incluindo capitais, periferia e interior.

O indicador analisa o consumidor em três diferentes aspectos relacionados às finanças pessoais e familiares: o Conhecimento, a Atitude e o Comportamento. Com a avaliação do Conhecimento, busca-se avaliar o entendimento dos entrevistados a respeito dos conceitos financeiros, enquanto que o aspecto da Atitude traça a maneira como o entrevistado encara sua relação com o dinheiro, e, por sua vez, o Comportamento busca medir as ações do dia a dia do entrevistado, ou seja, como gasta seu dinheiro, se planeja o futuro e se apresenta preocupação em guardar dinheiro. Cada um dos três aspectos possui peso diferente no cálculo total do indicador, sendo 50% para Comportamento, 24% para Atitude e 26% para Conhecimento.

A escala utilizada varia de 0 a 10, sendo que quanto maior o índice, maior o grau de educação financeira da população. Conforme pode ser visto no Gráfico 2, nesta primeira veiculação a média dos brasileiros atingiu seis pontos, sendo que o subíndice Conhecimento foi o mais bem avaliado, enquanto que o Comportamento foi o que apresentou menor nota. Isso mostra que o consumidor é novato no sistema de crédito e não direciona seus esforços no sentido de poupar e planejar o futuro.

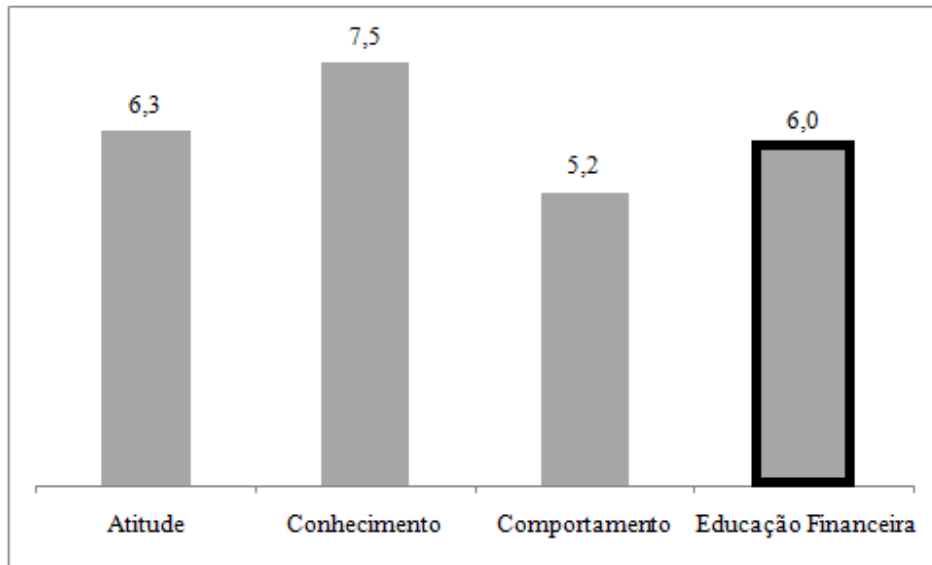


Gráfico 2 - Indicador Serasa Experian de Educação Financeira – nota geral
Fonte: Serasa Experian, 2013.

O indicador aponta ainda que, tanto por faixa de renda familiar quando por faixa de renda pessoal, a educação financeira se apresenta maior na medida em que se avança nas escalas de rendimentos, sendo que a principal diferença advém das dimensões de Atitude e Conhecimento. Conforme pode ser observado no Gráfico 3, a comprovação vem com os diferentes resultados apresentados por classe social: a classe denominada A/B atingiu nota 6,3, a classe C apresentou nota 6,0 e a classe D/E ficou com nota 5,7.

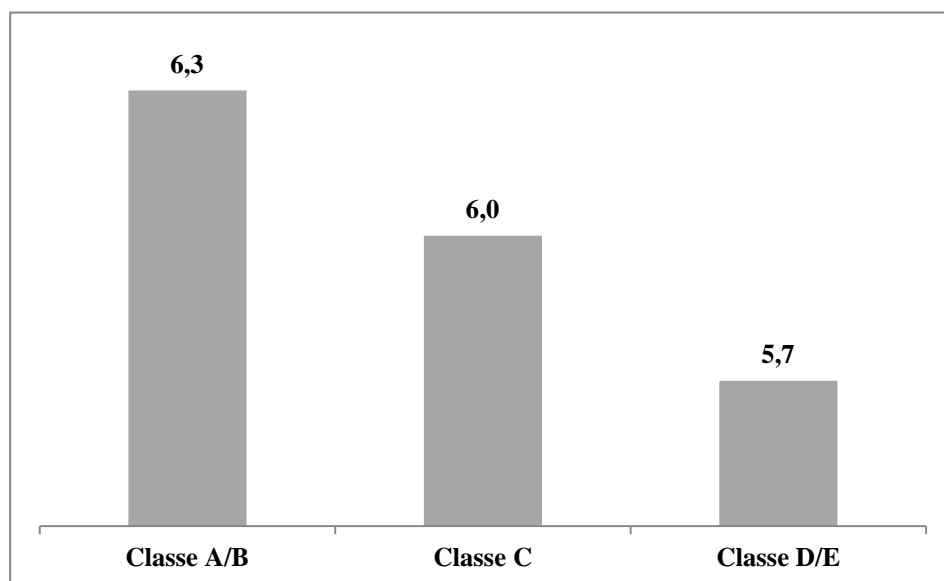


Gráfico 3 - Indicador Serasa Experian de Educação financeira por classe social
Fonte: Serasa Experian, 2013.

Outra conclusão possível foi o fato de que a educação escolar influencia a relação dos brasileiros com o dinheiro, já que pessoas com maior escolaridade apresentaram maiores notas: entrevistados com curso superior atingiram nota 6,4 enquanto aqueles sem acesso à escola apresentaram nota 5,6. Entretanto, conforme mostra o Gráfico 4, a influência da escolaridade se dá em dois saltos, pois é observada grande diferença entre os classificados como analfabetos ou que não tiveram acesso à escola e aqueles que cursaram curso primário, e o segundo salto se dá ao nível dos entrevistados com superior completo.

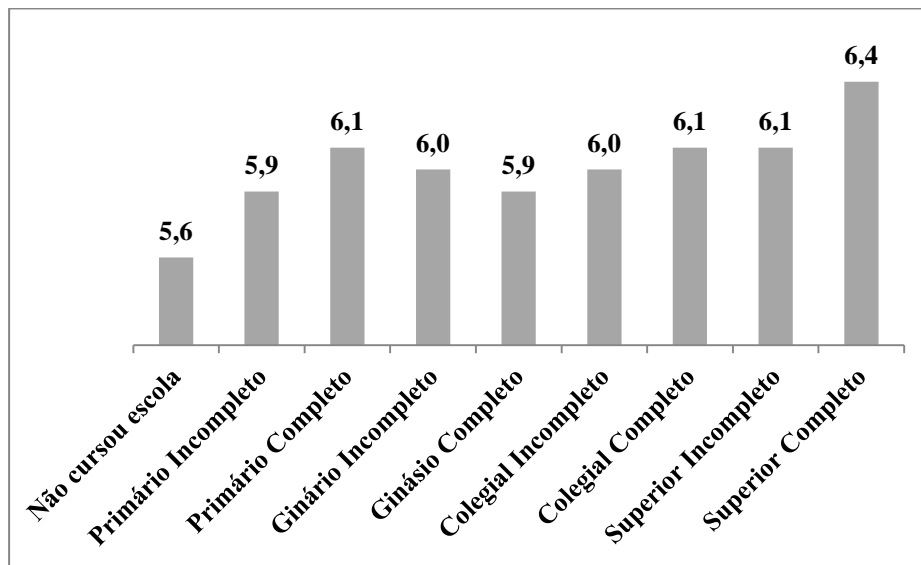


Gráfico 4 - Indicador Serasa Experian de Educação financeira por escolaridade
Fonte: Serasa Experian, 2013.

4.4 Avaliação da relação entre educação financeira e nível de renda do país

Em ambos os estudos previamente apresentados, foi exibida a conclusão de que a educação financeira de um país está intimamente ligada à renda de sua população. Visando o aprofundamento dessa comparação entre países a partir do nível de renda da população e tendo por base parâmetros ligados à educação financeira, foi realizada uma análise em que foram selecionados e listados oitenta e oito países classificados de acordo com seu PIB per capita (medido em dólares), a porcentagem de empréstimos bancários inadimplentes frente ao

total bruto de empréstimos, a porcentagem de poupança interna bruta (como porcentagem do PIB total), e a qualidade da educação primária.

Os conceitos, detalhados a seguir, foram selecionados por possuírem ligação com o tema da educação financeira da população de um país e de seu desenvolvimento econômico.

4.4.1 PIB per capita

De acordo com a base de dados do Banco Mundial (2011a), o PIB per capita de um país é equivalente ao produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes. O produto interno bruto é, por sua vez, a soma de todos os bens e serviços finais, sendo uma medida do fluxo de produção de um país.

Apesar de não considerar a desigualdade social, o PIB per capita é um indicador muito utilizado na macroeconomia como métrica de classificação da riqueza dos países, já que mostra a proporção entre o PIB e a população total, diferentemente do PIB por si só, que pode acabar levando a inconsistências na análise por não considerar o benefício por cidadão.

4.4.2 Porcentagem de empréstimos bancários inadimplentes frente ao total de empréstimos

Extraído da base de dados do Banco Mundial (2011a), o indicador de inadimplentes frente ao total de empréstimos bancários é calculado pelo valor de empréstimos não performados dividido pelo valor total da carteira de crédito bancária, sendo que o montante de empréstimos registrados como inadimplentes utilizado no cálculo leva em conta o valor bruto do empréstimo, e não apenas a parcela em atraso.

Este índice foi selecionado por servir como uma medida do comportamento da população de um país frente ao crédito, estando intimamente relacionado com a educação financeira. Por mostrar uma tendência de comportamento, adota-se, dentro do escopo do trabalho, que o comportamento verificado aqui pode ser entendido como amostra do

comportamento da população frente às demais alternativas de crédito (além do setor bancário), servindo, portanto, como medidor de tendência da inadimplência geral da população.

4.4.3 Poupança interna bruta

A poupança interna bruta é calculada reduzindo-se do valor total do PIB o valor total de despesas de consumo. O índice, calculado pelo Banco Mundial (2011a), é obtido relacionando esse montante obtido ao PIB total, obtendo-se uma porcentagem que mede o grau de poupança do país.

Pelo fato de a conscientização acerca da importância da realização de poupanças estar intimamente relacionada à educação financeira e ter sido citado por Cássia D'Aquino em sua entrevista como métrica de educação financeira, o índice foi selecionado como parte integrante da análise.

4.4.4 Dados e conclusões

Os valores para cada um dos índices selecionados estão expostos na Tabela 4 (APÊNDICE B), sendo que a data selecionada para coleta dos dados foi o ano de 2011, por ser o último ano com resultados consolidados.

Com os dados da Tabela 4 (APÊNDICE B), foram estabelecidos três gráficos de dispersão que relacionam, respectivamente, o PIB per capita com a inadimplência nos empréstimos bancários (Gráfico 5), o PIB per capita com a poupança interna bruta (Gráfico 6) e o PIB per capita com a qualidade da educação primária (Gráfico 7).

O Gráfico 5, apresentado a seguir, expõe a relação entre o PIB per capita dos países e a inadimplência verificada no setor bancário de cada economia. De acordo com a Associação Nacional das Empresas de Recuperação do Crédito (2012), a inadimplência “pode ter origem em dois fatores básicos: o consumo inconsequente ou não consciente, e a carência – por parte do inadimplente – de domínio dos conceitos fundamentais de educação financeira” (ASERC, 2012).

A partir da análise do Gráfico 5, é possível concluir que países com maior PIB per capita apresentam menores índices de inadimplência no setor bancário, indicando que a população desses países possui mais conscientização a respeito das consequências de se encontrar em posição inadimplente e, portanto, pode ser entendida como mais educada em termos financeiros, já que adota um comportamento mais consciente e financeiramente responsável. A análise fica mais evidente quando se observa a linha de tendência do gráfico, que mostra claramente uma redução no grau de inadimplência à medida que são verificados aumentos no PIB per capita.

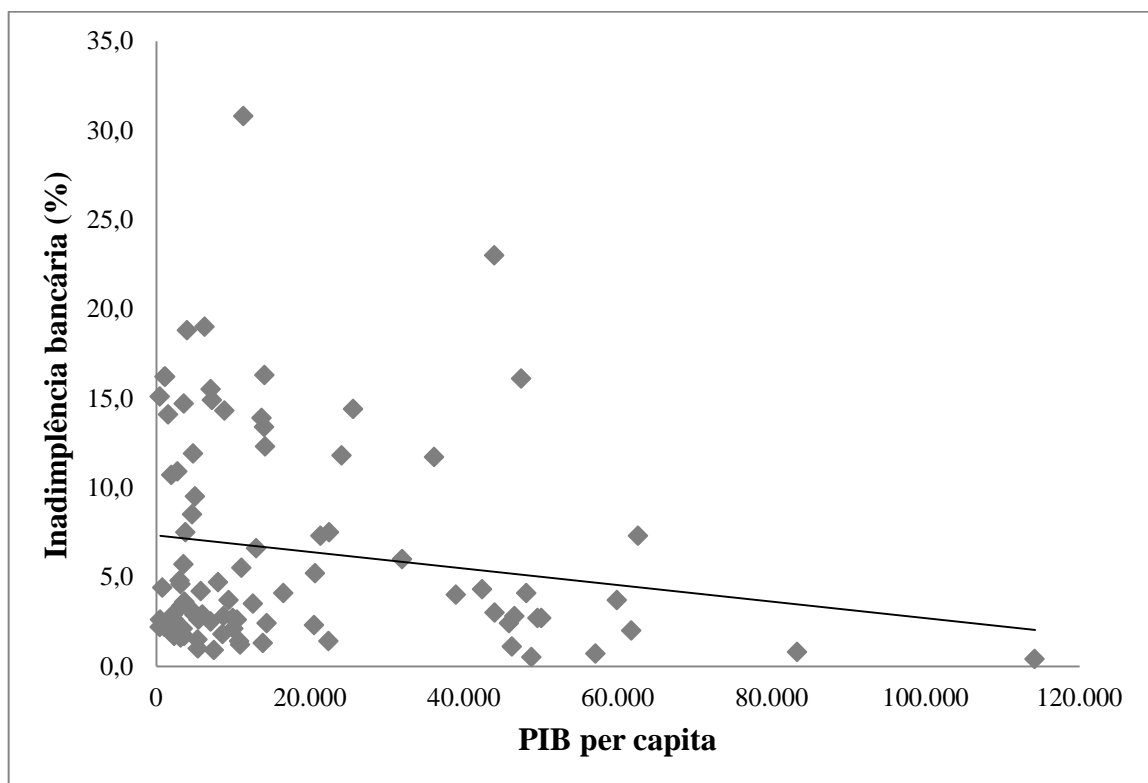


Gráfico 5 - Relação entre PIB per capita e inadimplência bancária
 Fonte: adaptado de base de dados do Banco Mundial (2011a)

O Gráfico 6, que por sua vez expõe a relação entre o PIB per capita e a taxa de poupança interna dos países, mostra que na medida em que são verificados aumentos no PIB per capita, é possível verificar aumento na taxa de poupança, o que fica claro ao se observar a linha de tendência presente no gráfico.

De acordo com estudo do Banco Mundial (2011b) a respeito dos resultados do projeto piloto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o ensino de educação financeira à população de um país pode ajudar a aumentar a poupança interna e a combater a inflação, fatores que estão ligados ao estabelecimento de um desenvolvimento concreto e sustentável.

A análise do gráfico permite concluir, portanto, que os países cujos índices de poupança interna são maiores apresentam um maior nível de educação financeira da população e também um grau maior de desenvolvimento, o que pode ser evidenciado pelos maiores índices de PIB per capita destes países.

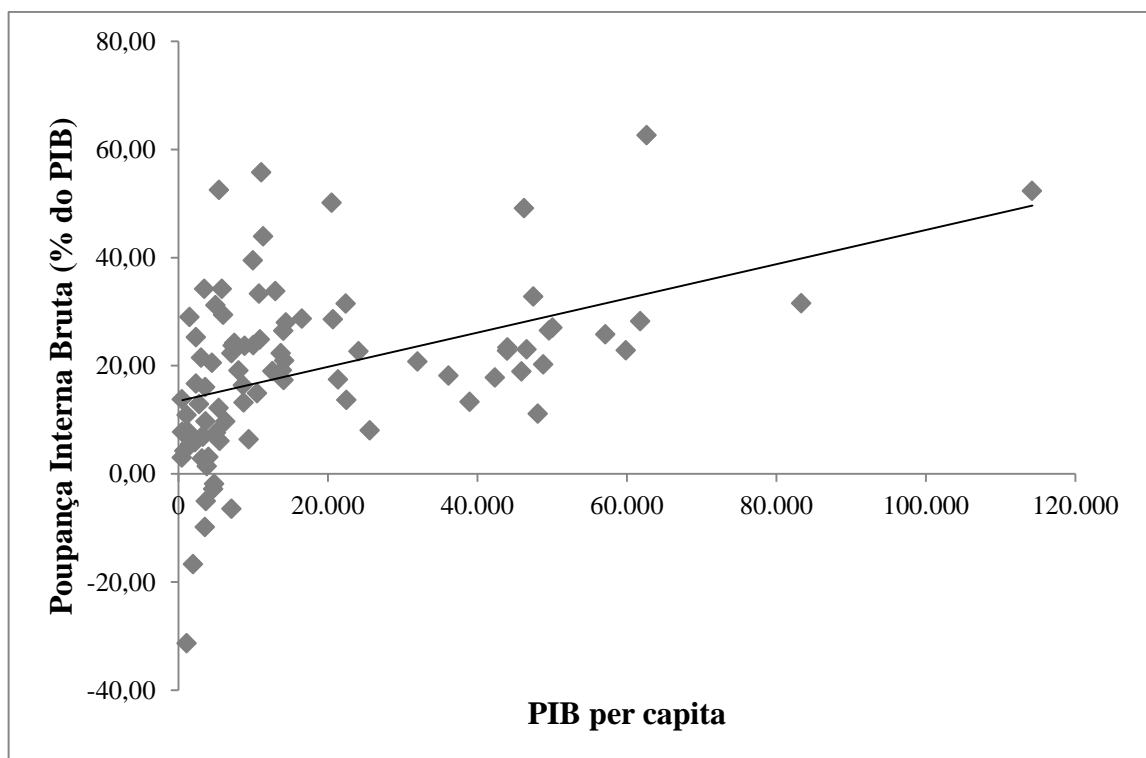


Gráfico 6 - Relação entre PIB per capita e poupança interna bruta
Fonte: adaptado de base de dados Banco Mundial (2011a)

Dentro das premissas e do escopo do presente trabalho, conclui-se que a consciência financeira está de fato ligada ao nível de renda do país, uma vez que países com PIB per capita mais elevada apresentaram maiores níveis de poupança interna e menores taxas

de inadimplência, o que mostra um maior grau de responsabilidade e consciência por parte de seus habitantes.

Além disso, pode ser estabelecido também um paralelo com a qualidade da educação primária destes países. A partir dos dados da Tabela 4 (APÊNDICE B), foi estruturado o Gráfico 7, que expõe a relação entre o PIB per capita e a qualidade da educação primária, obtida a partir de estudo realizado por Schwab (2011). A métrica de qualidade da educação primária aqui utilizada varia de zero a sete, em que sete representa a maior qualidade possível para a educação financeira de um país.

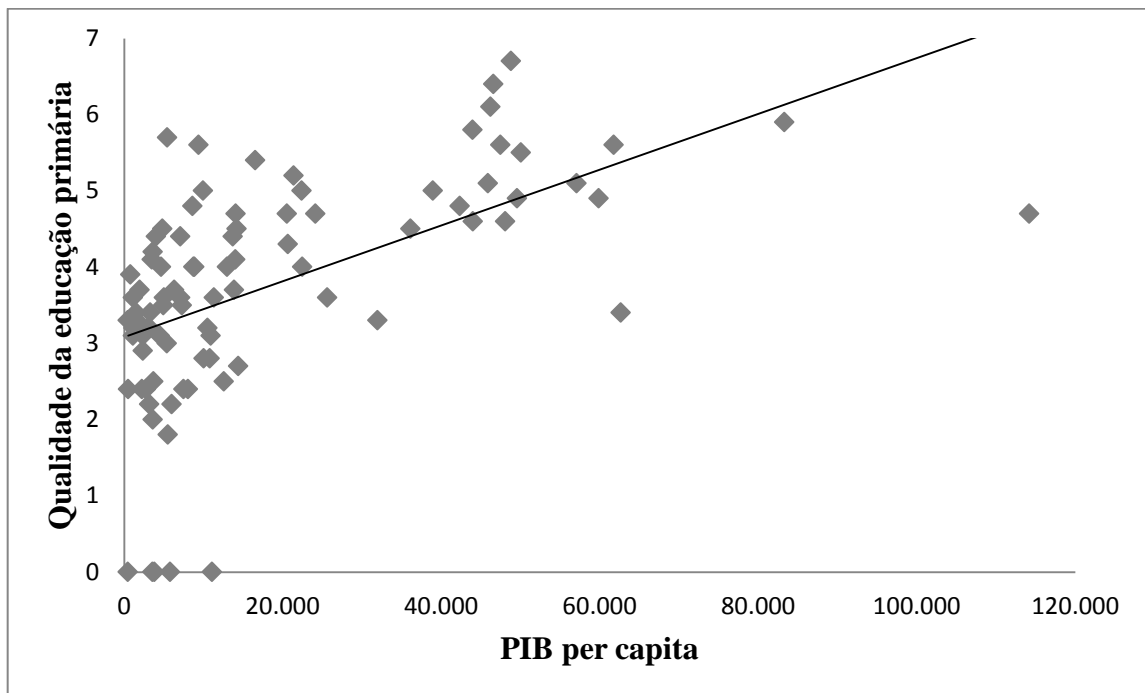


Gráfico 7 - Relação entre PIB per capita e qualidade da educação primária
Fonte: adaptado de Schwab, K. (2011)

É possível observar, pela linha de tendência do gráfico, que os países com maior PIB per capita apresentam maior qualidade no ensino primário. Dessa forma, dentro das limitações do estudo, pode-se concluir que os países com maior renda per capita apresentam um maior grau de conscientização acerca da importância da educação primária, e acabam despendendo maior quantidade de recursos para manter a qualidade da educação no país. Isso

demonstra maior conscientização acerca do fato de que um maior nível de instrução infantil irá resultar em adultos mais qualificados e preparados, alavancando a economia do país no longo prazo.

5. IMPLANTANDO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

A partir do cruzamento de dados estabelecido na seção anterior e das conclusões obtidas por Xu e Zia, 2012, conclui-se que, dentro do escopo e premissas do presente estudo, a educação financeira tem relação com a formação de cidadãos mais conscientes e até mesmo com o desenvolvimento de um país, e a partir disso justifica-se a importância das ações de implementação de políticas de educação financeira infantil.

Sendo a educação financeira infantil de primordial importância para os indivíduos e para a sociedade como um todo, esta seção estrutura-se com o objetivo de traçar os caminhos práticos da introdução da educação financeira para crianças e jovens, como as abordagens adequadas a cada faixa etária e os instrumentos e princípios adequados.

5.1 A importância da educação financeira na infância

Conforme afirma D'Aquino (2008), a educação financeira infantil, quando bem estruturada, prepara a criança para os mais diversos desafios da vida adulta. A própria autora, em entrevista concedida, defende que é de fundamental importância preparar as novas gerações para algumas situações específicas com relação a condições de trabalho e de solução de problemas, já que vivenciarão uma situação de maior flexibilidade em termos de globalização, além do fato de que provavelmente viverão mais e certamente passarão por períodos de solavancos econômicos.

De acordo com Godfrey (2007), o alto endividamento da parcela jovem da população é explicado pelo fácil acesso aos cartões de crédito e a inexistência de uma educação financeira eficaz. Para a autora, é necessário conversar com as crianças desde cedo, explicando o valor do dinheiro e estimulando a criação de um senso crítico. Isso deve ser feito principalmente porque, em uma sociedade em que a televisão apresenta anúncios dirigidos a crianças a partir dos três anos de idade, pode ocorrer que, sem uma educação adequada direcionada à responsabilidade financeira, essas crianças cresçam confundindo o valor pessoal ligado à personalidade e caráter de cada indivíduo com o valor medido pelo acúmulo de patrimônio.

Para Cássia D’Aquino (2008), a estimulação midiática, o consumo desenfreado e a falta de limites dados às crianças dificultam o processo de criação de uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro, já que a educação financeira (principalmente quando se fala em educação financeira infantil) exige uma perspectiva de longo prazo, aliado a muito treino e persistência. Além disso, a nova geração de crianças apresenta um intenso contato com o dinheiro, mostrando possuir noções sobre o preço das mercadorias e o valor do dinheiro cada vez mais cedo.

Neste cenário, é preciso que os adultos façam uso das ferramentas adequadas para passar às crianças os conceitos adequados e estimulá-las a criar uma mentalidade crítica e consciente. Diante disso, Godfrey (2003) formulou uma estrutura segregada por faixa etária que inicialmente dirige-se aos pais ou responsáveis diretos, mas que pode ser estendida a outras abordagens, e segue exposta a seguir.

5.2 As abordagens adequadas a cada faixa etária

Primeiramente, é essencial entender que à medida que a criança apresenta evoluções em seu desenvolvimento, ela deixa de acreditar em alguns conceitos antes tidos como verdades absolutas e passa a se preocupar com coisas novas, descobrindo o mundo ao seu redor. Dessa forma, conforme afirma Cerbasi (2011), para cada etapa do desenvolvimento a criança terá visões diferentes a respeito de diversos conceitos, inclusive com relação ao dinheiro, e é preciso lembrar que desde os primeiros anos de vida essas crianças já estão sendo expostas a uma cultura extremamente consumista e focada na acumulação monetária.

De acordo com Godfrey (2003), os princípios relacionados à questão financeira podem ser divididos em “dez princípios básicos do dinheiro”, sendo: (1) como poupar; (2) como manter o controle do dinheiro; (3) como ser recompensado pelo que você merece; (4) como gastar com sabedoria; (5) como falar sobre dinheiro; (6) como lidar com um orçamento limitado; (7) como investir; (8) como exercitar o espírito empreendedor; (9) como lidar com o crédito; e (10) como usar o dinheiro para mudar o mundo. Diante destas definições, Godfrey (2003) busca estruturar estratégias eficientes dentro de cada um destes princípios para quatro faixas etárias principais do aprendizado: de 5 a 8 anos, de 9 a 12 anos, de 13 a 15 anos e de 16 a 18 anos.

5.2.1 Primeiro estágio do aprendizado: faixa etária de 5 a 8 anos

De acordo com Cássia D’Aquino em entrevista concedida, a idade ideal para que se desenvolva a mentalidade de consumo consciente e de educação financeira está compreendida dentro desta faixa etária, pois é aqui que são formadas as relações cognitivas que darão as bases para o futuro desenvolvimento da criança.

Godfrey (2003) expõe que é necessário prestar atenção se os ensinamentos são de fato adequados à faixa etária com a qual se está lidando, já que crianças com idade entre 5 e 8 anos geralmente são extremamente curiosas, literais e enérgicas, além de apresentarem, ocasionalmente, falta de atenção e até mesmo egocentrismo. Diante disso, a autora expõe as principais habilidades financeiras que devem ser estimuladas nessa idade: contar moedas e notas, entender os propósitos do dinheiro, aprender as diferenças entre vontades e necessidades e começar a desenvolver um senso de ética e justiça. Essas principais habilidades são, então, estimuladas por meio de cinco lições principais, conforme exposto a seguir.

Em primeiro lugar, é interessante introduzir a criança aos “dez princípios básicos do dinheiro” (GODFREY, 2003), expostos anteriormente, por meio de ações específicas relacionadas a cada um deles, conforme colocado no Quadro 2. Em segundo lugar, deve-se dar início a uma “remuneração” para a criança (de preferência semanal), mas sempre reforçando o fato de que não é como um salário ou garantia, mas sim uma ferramenta que irá ajudá-la a lidar com o dinheiro da melhor maneira. A terceira lição consiste em observar e reagir aos estilos de lidar com dinheiro de cada criança assim que eles começarem a aparecer. Em quarto lugar, Godfrey (2003) reforça a importância de comunicar aos demais que estão ao redor da criança a visão que se deseja que ela tenha do dinheiro e alguns principais valores que deverão ser enfatizados ao longo dos anos. Por fim, a quinta lição para os pais é que comecem uma conta de poupança ou investimento para seus filhos o mais cedo possível, pois devido aos juros incorridos, mesmo pequenas quantias podem se tornar significantes no futuro.

O Quadro 2 pode funcionar como um guia de atividades e recursos que podem se mostrar efetivos para crianças com idade entre cinco e oito anos, agrupadas pelos “dez princípios básicos do dinheiro” trabalhados por Godfrey (2003).

1. COMO POUPAR
<p>a. Defina as três possibilidades para a remuneração (de preferência semanal): gastos, economias e doações.</p> <p>b. Leve a criança para visitar um banco, abra uma conta de poupança, e retornem frequentemente para fazer depósitos ou retirar dinheiro.</p>
2. COMO MANTER O CONTROLE DO DINHEIRO
<p>a. Estimule a criança a contar o dinheiro que recebe e colocar os valores em um gráfico ou tabela, tornando essa uma tarefa regular.</p> <p>b. Identifique algum produto que a criança goste e faça com que ela saiba o seu valor.</p> <p>c. Conte o troco recebido nas compras e peça à criança que guarde essas pequenas quantias em um cofre, e leve ao banco uma vez por mês para depositar na conta de poupança.</p>
3. COMO SER RECOMPENSADO PELO QUE VOCÊ MERECE
<p>a. Faça uma lista de “crédito extra” que pode ser obtido ajudando nas tarefas domésticas, e o intervalo de valor que pode ser obtido com cada atividade. Uma vez por semana, a criança deve escolher uma das atividades listadas e negociar o valor a ser recebido.</p>
4. COMO GASTAR COM SABEDORIA
<p>a. Planeje a próxima visita a uma loja de brinquedos ou outro destino intrigante para a criança: é necessário conversar com a criança para estabelecer parâmetros de quanto dinheiro ela terá para gastar, e discutir as alternativas existentes (a quantia será gasta com um produto apenas ou vários produtos?).</p> <p>b. Dê uma calculadora à criança quando ela for acompanhar os processos de compra para que ela possa somar os custos e ter conhecimento do valor de cada bem comprado.</p> <p>c. Seja um modelo de consumidor consciente para a criança.</p>
5. COMO FALAR SOBRE DINHEIRO
<p>a. Estimule a criança a falar sobre as diferentes maneiras de se usar o dinheiro.</p> <p>b. Não tenha medo de dizer “nós não podemos comprar porque não temos dinheiro”.</p> <p>c. Não tenha medo de dizer “nós temos dinheiro para comprar, mas essa não é a maneira com a qual eu gostaria de gastar nosso dinheiro” e então explicar as razões para tal comportamento.</p>
6. COMO LIDAR COM UM ORÇAMENTO LIMITADO
<p>a. Comece um programa de remuneração (de preferência, ganhos semanais proporcionais à idade da criança – uma criança de seis anos, por exemplo, ganhará seis reais por semana), e estabeleça uma periodicidade para verificar como a criança está lidando com o dinheiro recebido e as lições aprendidas (a cada três meses, por exemplo).</p> <p>b. Quando houver oportunidade de comer fora de casa, dê o cardápio à criança e estabeleça uma quantia a ser gasta, e peça que ela faça os pedidos da família sem extrapolar o orçamento definido.</p>
7. COMO INVESTIR
<p>a. Introduza o conceito de “taxa de juros”, mostrando a evolução do dinheiro depositado no banco ao longo do tempo.</p> <p>b. Introduza os conceitos de parceria e de capital próprio.</p>
8. COMO EXERCITAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR
<p>a. Estimule projetos de empreendedorismo e ajude a criança no estabelecimento dos preços dos produtos (banca de limonada ou venda de pulseiras feitas em casa, por exemplo), e valorize as iniciativas parabenizando a criança.</p>
9. COMO LIDAR COM O CRÉDITO
<p>a. Estimule a criança a pegar pequenas quantias de dinheiro emprestadas de você, e faça com que ela pague de volta com os ganhos da própria remuneração (“mesada” ou “semanada”).</p> <p>b. Quando você comprar algo para a criança com seu cartão de crédito, mostre-a o extrato quando chegar e explique como você pagou pelo produto.</p>
10. COMO USAR O DINHEIRO PARA MUDAR O MUNDO
<p>a. Em ocasiões especiais, como o Natal, estimule a criança a contribuir com brinquedos para crianças carentes.</p> <p>b. Estabeleça um dia especial em que todos os integrantes da família realizam trabalho voluntário.</p>

Quadro 2 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 5 e 8 anos

Fonte: adaptado de Godfrey, 2003, p. 48.

5.2.2 Segundo estágio do aprendizado: faixa etária de 9 a 12 anos

Segundo Godfrey (2003), é nesse período que as crianças sofrem a primeira grande transformação da vida, pois passam de pequenas crianças aos chamados “pré-adolescentes”. Aqui, elas começam a se identificar com personagens de filmes e livros, e começam a ter mais empatia e interesse pelo mundo e pela sociedade, passando do foco egocêntrico no qual estavam para um foco mais abrangente. É nessa fase que os melhores amigos adquirem grande importância e emergem as primeiras paixões (por *hobbies* e por animais, por exemplo). É necessário que se saiba fazer uso dessas transformações em prol do aprendizado financeiro, utilizando as abordagens e estratégias corretas. Os conceitos adequados para se trabalhar aqui incluem: mostrar que o dinheiro pode fazer diferença, incentivar o comportamento pró-ativo e o espírito empreendedor, estimular a diferenciação entre custo e valor de um bem, e mostrar o valor do dinheiro recebido.

Diante disso, Godfrey (2003) propõe cinco principais tarefas que devem ser realizadas com crianças nessa faixa etária. A primeira tarefa consiste em expor os “dez princípios básicos do dinheiro”, retratados no Quadro 3, a partir de atividades que irão alavancar as paixões dessas crianças e sua busca por independência. A segunda lição estabelece que os pais ou responsáveis devam ajudar as crianças a tomar decisões monetárias de maneira independente diante da pressão de outras crianças, pois isso fará com que seja estabelecida uma barreira que estimulará a construção de condutas e princípios que deverão ser adotados dentro do compasso moral passado à criança. O terceiro ensinamento envolve a importância de se enfatizar a diferença entre desenvolvimento e identificação das paixões da criança, já que é nessa fase que geralmente emergem as primeiras sensações de pena e dó. Além disso, é importante que as crianças sejam direcionadas a sonhar de maneira grandiosa e eloquente, mas, caso fujam muito da realidade em que estão inseridas, os adultos devem guiá-las com informações e recursos de modo a colocá-las no caminho correto. Em quarto lugar, vem a importância de se reforçar o fato de que “cada comportamento traz uma consequência” prezando agora pelo relacionamento com as decisões financeiras. O quinto ensinamento fundamental para esta fase do aprendizado está na importância de se introduzir exemplos a serem seguidos, contando histórias de pessoas que seguiram suas paixões na escolha da carreira, batalharam para alcançar suas realizações e valorizaram sua vocação.

O Quadro 3, representado abaixo, sintetiza as principais atividades apresentadas por Godfrey (2003), que estimularão a consciência financeira dessas crianças.

1. COMO POUPAR
<p>a. Ajude a criança a estabelecer um regime de economia para alguma ocasião ou interesse especial para ela. Faça disso uma “conta” na qual a criança faz depósitos regulares e não poderá mexer até que chegue a data combinada.</p> <p>b. Introduza os conceitos de outros veículos de poupança, como investir em títulos do governo.</p>
2. COMO MANTER O CONTROLE DO DINHEIRO
<p>a. Se a criança já possui uma remuneração e uma conta bancária, comece a fazer os depósitos diretamente em sua conta, e exponha a mudança à criança mostrando o demonstrativo da conta.</p> <p>b. Deixe a criança ajudar no preenchimento de cheques e estimule-as a deduzir o valor final de uma conta a ser paga.</p> <p>c. Institua uma moeda fictícia na família para explicar como funcionam as principais trocas monetárias da economia.</p>
3. COMO SER RECOMPENSADO PELO QUE VOCÊ MERECE
<p>a. Ajude as crianças a pesquisar como poderiam ganhar dinheiro fora de casa, como trabalhando para uma tia cuidando de um primo mais novo, por exemplo.</p> <p>b. Exponha as diferentes remunerações de cada profissão e explique os motivos principais das diferenças.</p>
4. COMO GASTAR COM SABEDORIA
<p>a. Estimule a criança a saber ler as diferenças entre os modos de compras: é mais barato comprar unidades individuais, pacotes com múltiplas unidades ou comprar a granel?</p> <p>b. Discuta as diferenças entre necessidades, vontades e desejos.</p> <p>c. Alerta a criança sobre o perigo de acumular juros em diferentes compras. Uma ferramenta útil aqui é cobrar pequenos juros sobre os empréstimos feitos às crianças.</p>
5. COMO FALAR SOBRE DINHEIRO
<p>a. Incentive a criança a escrever uma curta história na qual ela empresta dinheiro a um amigo e ele não devolve na data combinada.</p> <p>b. Estabeleça um momento no qual a família se reunirá para conversar sobre dinheiro.</p>
6. COMO LIDAR COM UM ORÇAMENTO LIMITADO
<p>a. Crie uma lista de materiais escolares da criança e estabeleça um orçamento a ser gasto com esses produtos, então leve a criança às compras e peça ajuda para comprar os produtos sem fugir do valor combinado.</p> <p>b. Introduza o conceito de gastos fixos da família, e peça ideias para diminuir esses custos. Garanta que seja explorado o fato de como esses gastos fixos podem afetar algumas escolhas e decisões.</p>
7. COMO INVESTIR
<p>a. Encontre os relatórios anuais das empresas ligadas às marcas preferidas da criança, e faça algumas perguntas, como pedir que ela encontre o nome do presidente da empresa, a receita gerada no ano e quanto dinheiro foi gasto em marketing pela companhia.</p> <p>b. Encoraje a criança a colecionar algo que irá adquirir valor ao longo do tempo, como selos por exemplo.</p>
8. COMO EXERCITAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR
<p>a. Leia histórias de empreendedores que transformaram suas paixões em negócios rentáveis.</p> <p>b. Estimule a criança a procurar histórias de outros empreendedores e construa um “hall da fama”.</p>
9. COMO LIDAR COM O CRÉDITO
<p>a. Ofereça um empréstimo para algum pedido especial da criança, e escreva um contrato que deve ser assinado pelos dois. Caso a criança ultrapasse o prazo de pagamento, cobre juros pelo atraso.</p>
10. COMO USAR O DINHEIRO PARA MUDAR O MUNDO
<p>a. Mostre à criança a sua declaração de imposto de renda e como você documentou o montante total destinado à caridade no ano.</p>

Quadro 3 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 9 e 12 anos

Fonte: adaptado de Godfrey, 2003, p. 72.

5.2.3 Terceiro estágio do aprendizado: faixa etária de 13 a 15 anos

O terceiro estágio do aprendizado é tido por Godfrey (2003) como excitante e desafiador, já que é nessa fase que a criança se torna um indivíduo com ideias e valores que podem começar a divergir das apresentadas pelos pais, desenvolvendo personalidades mais complexas e mais interessantes, e fazendo com que essa fase seja consideravelmente turbulenta e complicada para os pais ou responsáveis. O autor aponta que nessa fase do aprendizado os conceitos monetários que devem ser trabalhados incluem: a comparação de preços entre produtos semelhantes oferecidos em diferentes pontos de venda, a importância de se entender a relação entre dinheiro e tempo, o comprometimento com metas estipuladas, o desenvolvimento de entendimentos básicos sobre os conceitos de investimento, a conexão entre dinheiro e segurança futura, a habilidade para ler um extrato bancário e o entendimento dos conceitos de juros e dividendos.

Como ferramenta para trabalhar estes conceitos monetários, Godfrey (2003) estabelece cinco principais tarefas para serem realizadas pelos adultos com esses jovens. A primeira tarefa consiste em trabalhar os “dez princípios básicos do dinheiro” de maneira a suportar e reforçar conexões entre independência e responsabilidade, dando às crianças ferramentas para que elas se moldem de maneira profunda e consciente, conforme detalhado no Quadro 4. Em segundo lugar, é preciso estimular o senso de maturidade desses adolescentes fazendo conexões entre responsabilidade financeira e independência pessoal, ajudando-o, por exemplo, na confecção de um orçamento semanal ou mensal. A terceira tarefa resume-se a trabalhar com esses adolescentes a visão de futuro, já que eles entram neste estágio ainda muito orientados a pensar apenas no presente. Em quarto lugar, vem a tarefa de moldar estes jovens além da absorção de seu próprio ser, mesmo que essa fase ainda seja uma fase de formação pessoal; isso significa que é cada vez mais importante propiciar experiências e oportunidades que os levem a pensar além deles mesmos. Por fim, a quinta tarefa exposta pela autora alerta os adultos a prestarem atenção a possíveis sinais emitidos pelos jovens de que eles não estão acompanhando os ensinamentos financeiros passados ou não estão aplicando o que aprenderam; caso isso ocorra, é preciso intervir.

O Quadro 4 resume as principais atividades relacionadas aos “dez princípios básicos do dinheiro” (GODFREY, 2003) que irão reforçar as conexões entre independência e responsabilidade visando à formação de cidadãos mais completos e conscientes.

1. COMO POUPAR
<p>a. Encontre um objetivo relacionado à independência da criança (viagem com os amigos, por exemplo) e estabeleça qual será a contribuição dela para alcançar o objetivo. Deve passar a mensagem de que "planejamento financeiro equivale a independência".</p> <p>b. Escreva uma carta ou email à criança contando sua própria experiência sobre como você aprendeu (ou não) a poupar dinheiro e o efeito que isso teve em sua vida e sua independência.</p> <p>c. Reforce o efeito da taxa de juros sobre as economias da criança.</p>
2. COMO MANTER O CONTROLE DO DINHEIRO
<p>a. Caso a criança ainda não tenha, leve-a ao banco e abra uma conta para ela. Dê a remuneração (semanal ou mensal) em forma de depósito ou cheque, e planeje idas regulares ao banco para que ela possa realizar as transações por si mesma.</p> <p>b. Peça à criança que anote por um dia tudo o que gastou, ganhou ou poupou, e reveja com ela ao final do dia. Depois, estenda para três dias, então uma semana e então um mês. Peça à criança que ela faça observações sobre seu próprio estilo monetário e seus hábitos de gasto e de poupança.</p>
3. COMO SER RECOMPENSADO PELO QUE VOCÊ MERECE
<p>a. Peça a algum conhecido que solicite um serviço à criança, lembrando-o de que você quer que a criança pesquise antes um preço adequado e o negocie.</p> <p>b. Dê à criança uma lista de dez profissões e peça que ele procure na internet a renda média de cada uma delas, tanto para iniciantes quanto para experientes no mercado (10 anos de profissão, por exemplo).</p>
4. COMO GASTAR COM SABEDORIA
<p>a. Explique o conceito de custos indiretos.</p> <p>b. Introduza o conceito de compra por impulso, explicando, por exemplo, o motivo de as balas sempre estarem perto do caixa de pagamento.</p>
5. COMO FALAR SOBRE DINHEIRO
<p>a. Fale sobre propagandas veiculadas nos intervalos dos programas preferidos da criança, e peça-a que identifique parâmetros como honestidade, precisão e consistência da mensagem e valor do bem explorado.</p>
6. COMO LIDAR COM UM ORÇAMENTO LIMITADO
<p>a. Peça à criança que estabeleça um orçamento para um dia inteiro em família. Dê a ela o dinheiro ao início do dia e exponha que ela será a responsável por todos os pagamentos. Caso o dinheiro acabe antes do término do dia, não faça críticas, apenas volte mais cedo para casa e tente de novo em um mês.</p>
7. COMO INVESTIR
<p>a. Quando achar um artigo sobre alguma empresa da qual a criança gosta, peça-a que leia e comente se sente que a empresa parece ser uma alternativa sólida ou arriscada de investimento.</p> <p>b. Introduza a ideia de investimento socialmente responsável. Peça à criança que pesquise sobre três empresas e aponte qual ela acha ser a mais socialmente responsável e os motivos da escolha.</p> <p>c. Compre ações de uma empresa cuja marca tenha significado para a criança, leia os relatórios anuais com ela e entre no site para pesquisar mais notícias.</p>
8. COMO EXERCITAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR
<p>a. Dê à criança a biografia de um empreendedor.</p> <p>b. Sugira à criança que ela organize com os amigos um programa de lavagem de carros da vizinhança para levantarem dinheiro para os presentes de final de ano.</p>
9. COMO LIDAR COM O CRÉDITO
<p>a. Mostre as faturas do cartão de crédito à criança e peça que ela identifique os gastos mensais com juros.</p> <p>b. Peça à criança que procure na internet se há algum cartão de crédito com taxas melhores do que as cobradas pelo que você usa atualmente. Caso ela encontre, faça a troca.</p>
10. COMO USAR O DINHEIRO PARA MUDAR O MUNDO
<p>a. No Dia dos Namorados, dê à criança uma quantia para que ela contribua para alguma causa que “mexa com o seu coração”.</p>

Quadro 4 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para crianças com idade entre 13 e 15 anos

Fonte: adaptado de Godfrey, 2003, p. 96.

5.2.4 Quarto estágio do aprendizado: faixa etária de 16 a 18 anos

Segundo Godfrey (2003), é entre os dezesseis e os dezoito anos que os jovens passam a sentir mais autonomia pela própria vida e mais liberdade de escolha, dado que é nesse momento que muitas decisões importantes são tomadas, como, por exemplo, o curso superior a ser seguido por cada um.

Diante disso, Godfrey (2003) enfatiza que é nesse período que as competências financeiras se tornam mais claras, não apenas com relação ao dinheiro, mas sim com relação aos valores, às crenças e às demais características pessoais, como autoconfiança e disciplina. São levantadas pela autora algumas habilidades financeiras que devem ser exaltadas nessa fase do desenvolvimento: gastar, poupar e investir ativamente, conectar as economias feitas às metas traçadas, vivenciar responsabilidade por si mesmo e pelos demais, entender o dinheiro e suas relações de poder, falar sobre o dinheiro como parte fundamental do planejamento futuro, e demonstrar capacidade de desenvolver autossuficiência financeira.

Como ferramenta para atingir os objetivos finais, Godfrey (2003) propõe três principais tarefas para os adultos responsáveis pelo jovem. A primeira delas, retratada no Quadro 5, consiste em aplicar os “dez princípios básicos do dinheiro” utilizando casos e situações reais, que pertençam ou não ao cotidiano do jovem, mas que possuam aplicabilidade prática. A segunda lição leva em conta a importância de dar aos jovens a oportunidade de assumir riscos e cometer erros – e extrair o aprendizado que pode ser tirado de seus atos –, estimulando e explicando que os erros podem servir como maior fonte de aprendizado do que decisões corretas. É interessante estimular esse fator em todas as idades do desenvolvimento, mas nessa etapa da vida é importante dar mais ênfase dado que o grau de assimilação tende a ser maior e as consequências ainda não assumem grandes proporções. Como terceira tarefa, vem a importância de se estimular a passagem do estágio em que o jovem confia nos pais para o estágio em que confia em si mesmo, incluindo os ganhos financeiros, a exploração do empreendedorismo, e fazendo com que o jovem se acostume com a ideia de deixar o “ninho dos pais” para construir o seu próprio mundo.

O Quadro 5, retratado a seguir, mostra os recursos do estágio final do aprendizado financeiro dos jovens, expondo atividades relacionadas aos “dez princípios básicos do dinheiro” (GODFREY, 2003) em uma plataforma de maior contato com o mundo real.

1. COMO POUPAR
a. Sugira que o jovem pesquise quanto vale uma casa e calcule com ele quanto ele precisaria economizar por mês pelos próximos dez anos para conseguir o determinado montante.
2. COMO MANTER O CONTROLE DO DINHEIRO
a. Estabeleça um orçamento anual para o jovem, sujeito a avaliações e possíveis revisões a cada três meses. b. Quando o orçamento for ser renovado, faça desse momento tanto um rito de passagem quanto de celebração. c. Exponha a situação financeira da família, garantindo que o jovem entenda sua parte no plano familiar.
3. COMO SER RECOMPENSADO PELO QUE VOCÊ MERECE
a. Peça ao jovem que ele liste três habilidades ou talentos que ele possui e pergunte o que ele considera ser um pagamento justo para cada. Peça que ele procure na internet e compare os preços. b. Introduza os conceitos de salário, comissão, bônus, e participação nos lucros como formas de pagamento. Pergunte ao jovem qual ele considera a melhor forma. c. Pratique com o jovem uma encenação de negociação antes de sua primeira entrevista de emprego.
4. COMO GASTAR COM SABEDORIA
a. Leve o jovem à próxima compra de carro, computador ou outro item qualquer de alto custo, e, quando isso for ocorrer novamente, peça-o que pesquise e ajude na escolha. b. Caso o jovem tenha um celular, peça-o que pesquise as opções de planos disponíveis e qual é o que oferece maior custo-benefício.
5. COMO FALAR SOBRE DINHEIRO
a. Peça ao jovem que liste suas cinco principais preocupações relacionadas ao dinheiro, e então o estimule a traçar um plano para reduzir a ansiedade. b. Peça ao jovem que estime o orçamento para alguns ritos de passagem importantes, como formatura, casamento ou outra grande celebração qualquer.
6. COMO LIDAR COM UM ORÇAMENTO LIMITADO
a. Introduza o conceito de fundos de pensão. b. Exponha ao jovem três rendas anuais hipotéticas, e peça que ele imagine o estilo de vida relacionado a cada uma delas.
7. COMO INVESTIR
a. Leve o jovem a uma reunião com um assessor financeiro ou gerente de conta de banco, e peça-o que explique ao jovem o seu papel. b. Dê ao jovem a assinatura de algum jornal que fale sobre economia e finanças.
8. COMO EXERCITAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR
a. Leve o jovem a uma conferência ou encontro de empreendedores. b. Explique ao jovem que empreendedores são pessoas que fazem ideias acontecerem a partir de poucos recursos, e podem ser encontrados tanto dentro do <i>staff</i> de uma Igreja quanto em um instituto de ciência e tecnologia. c. Relembre ao jovem de coisas que ele faz que sejam empreendedoras por natureza.
9. COMO LIDAR COM O CRÉDITO
a. Caso o jovem tenha um cartão de crédito, lembre-se de alertá-lo sobre os riscos envolvidos. b. Sempre cobre juros quando emprestar dinheiro ao jovem. Mesmo que seja uma pequena taxa, é importante que ele saiba que pegar dinheiro emprestado tem custos.
10. COMO USAR O DINHEIRO PARA MUDAR O MUNDO
a. Solicite ao jovem que liste três causas sociais que importam a ele, e peça que ele trace um plano para ajudar essas causas. b. Peça ao jovem que pesquise e identifique quais das empresas por trás de suas marcas preferidas realmente exercem negócios socialmente responsáveis.

Quadro 5 - Aplicação dos "Dez princípios básicos do dinheiro" para jovens com idade entre 16 e 18 anos

Fonte: adaptado de Godfrey, 2003, p. 112.

5.3 Princípios e instrumentos

Apesar da abordagem direcionada a cada faixa etária, há alguns princípios, conceitos e instrumentos que permeiam todas as fases do aprendizado financeiro infantil. Isso porque, segundo D'Aquino (2008), a educação financeira deve ser um processo permanente e contínuo para que os jovens alcancem a maturidade financeira e se tornem financeiramente conscientes e responsáveis.

Conforme exposto anteriormente, D'Aquino (2008, p. 14) defende que há quatro principais princípios que devem ser passados às crianças quando o objetivo é ensiná-las a lidar adequadamente com o dinheiro: “como ganhar”, “como poupar”, “como gastar”, e “como doar”.

Em primeiro lugar, “como ganhar”: é preciso ensinar as crianças que o dinheiro é fruto de trabalho, esforço e dedicação. A definição de “como poupar” aparece como segundo princípio: aqui, a autora expõe que é necessário levar as crianças a perceberem que poupar pode ser tão prazeroso quanto gastar, mas sempre prezando pelo equilíbrio para que as crianças não se tornem exageradamente apegadas ao dinheiro. Em terceiro lugar, “como gastar”: as crianças precisam saber que consumir é um processo que traz consequências diante das escolhas adotadas, e, dessa forma, é preciso ensiná-las a reconhecer as implicações de cada opção que possa ser tomada. Por fim, o quarto princípio, “como doar”: fazendo referência não apenas ao dinheiro, mas também ao tempo e ao talento, este princípio traz à tona a questão da ética e da generosidade, fatores estes que devem permear toda a relação da criança com o dinheiro e nas demais esferas da vida.

Godfrey (2003) expõe que é preciso prestar atenção aos comportamentos das crianças desde cedo, buscar identificar seu “perfil financeiro”, e então moldá-lo a partir das atividades previamente exploradas no presente estudo. Além disso, é importante que os adultos responsáveis por educar financeiramente alguma criança prestem atenção ao fato de que eles devem se portar como modelos a serem seguidos, tanto em termos de gastos quanto de poupança e generosidade. Isso porque, conforme defendeu Godfrey (2003), as crianças tendem a copiar os comportamentos daqueles que convivem com elas.

Para estimular a maturidade financeira nas crianças, há alguns principais instrumentos que podem ser explorados, como a remuneração, conforme já exposto previamente, e alguns livros e jogos que tratem a questão do dinheiro.

5.3.1 Remuneração

Além da remuneração, há diversos outros instrumentos e ferramentas, como as atividades expostas anteriormente e propostas por Godfrey (2003). No entanto, por ser uma ferramenta útil a todas as etapas do aprendizado financeiro, seguem agora maiores esclarecimentos a respeito de sua aplicação prática.

Para D’Aquino (2008), a “mesada” é um importante instrumento a ser utilizado na construção da maturidade financeira, uma vez que permite que a criança vivencie situações em que deve ter capacidade de definir as escolhas a serem feitas com o próprio dinheiro. No entanto, este instrumento só é de fato efetivo se for dada à criança com regularidade, para que a criança seja capaz de planejar, organizar e ter controle sobre seu dinheiro de maneira consistente.

A autora define que é interessante começar com uma abordagem semanal (a “semanada”) na qual a criança recebe o equivalente à sua idade: se tem cinco anos, recebe cinco reais e assim por diante. Além disso, é importante fixar a ideia, já explicitada por Godfrey (2003), de que a remuneração não deve ser encarada como uma garantia ou um salário, nem muito menos ser usada como punição, mas sim puramente como um instrumento que irá ajudar a criança a aprender como lidar com dinheiro da maneira adequada. À medida que a criança for se desenvolvendo, é interessante que seja solicitado a ela que registre os movimentos de seu dinheiro, pois esse comportamento dará as bases para a introdução posterior da noção de fluxos de caixa (D’AQUINO, 2008).

Para D’Aquino (2008), a remuneração mensal pode ser introduzida a partir dos onze anos, ainda mantendo o acompanhamento da idade: se a criança tem onze anos, ganhará onze reais por semana, vezes 4 semanas no mês, resultando quarenta e quatro reais por mês. Isso porque, com essa idade, a criança já possui uma noção melhor da passagem do tempo, e é mais interessante adotar o modelo mensal.

A adoção de uma remuneração para as crianças é importante já que, segundo Godfrey (2003) e D'Aquino (2008), ela permite que a criança vivencie uma possível situação de falência, e falir com pouco dinheiro irá ensiná-la como evitar passar pela mesma situação na vida adulta. Conforme defende Godfrey (2003), vivenciar experiências de insucesso podem fazer com que as crianças aprendam muito mais do que se forem “bem sucedidas” durante toda a infância: o autor defende que é com os erros que são internalizados os maiores aprendizados.

5.4 O papel dos pais e o papel da escola na formação financeira das crianças

De acordo com Cássia D'Aquino em entrevista concedida, os pais são os agentes com principal influência no processo de educação financeira infantil, de modo que cabe à escola primeiramente passar ensinamentos básicos como ler e escrever adequadamente para depois se preocupar com as questões financeiras. Segundo a entrevistada, a escola pode e deve exercer seu papel no sentido de incentivar o consumo consciente e o pensamento crítico de seus alunos com relação aos mais diversos assuntos, e não somente com relação ao dinheiro. Esse estímulo ao senso crítico fará com que as crianças se tornem adultos mais maduros e conscientes, o que terá aplicação estendida às questões financeiras, mas defende que o papel primordial no sentido de educar financeiramente as crianças é dos pais.

No entanto, há estratégias bem sucedidas por parte de escolas, tanto particulares quanto públicas, no sentido de estimular nas crianças a criação desse senso crítico necessário. Além dos exemplos expostos pela própria entrevistada, outra iniciativa que pode ser citada é a ENEF, ou Estratégia Nacional de Educação Financeira, cujo projeto piloto foi implementado em mais de quatrocentas escolas do país em 2010, e que, apesar de direcionada ao ensino médio, mostrou resultados bastante satisfatórios e animadores, conforme análise realizada pelo Banco Mundial (2011b). Segundo a instituição, a ENEF foi uma iniciativa das entidades e dos órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), formado pelo Banco Central (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O objetivo do projeto piloto da ENEF era aperfeiçoar a compreensão a respeito dos produtos financeiros e o desenvolvimento de habilidades para melhorar a relação

dos indivíduos com suas finanças, ajudando os alunos a enfrentarem os desafios cotidianos e a alcançarem a realização de seus sonhos a partir do uso adequado de ferramentas financeiras.

O estudo realizado pelo Banco Mundial (2011b) a respeito dos resultados da ENEF e seu projeto piloto mostra que o ensino de educação financeira nas escolas afeta positivamente o conhecimento dos alunos sobre contextos econômicos, como o orçamento familiar e o índice de inflação do país. Além disso, o estudo constatou que a educação financeira também provocou mudanças comportamentais, não só nos jovens diretamente envolvidos, mas também em seus familiares: a conclusão foi que os pais se tornaram mais propensos a incluir os filhos nos processos de tomada de decisões financeiras e a discutir assuntos relacionados a dinheiro e orçamento familiar. Outra conclusão apresentada neste estudo, que reforça conceitos já apresentados pelo presente trabalho, foi que alunos com melhores condições socioeconômicas e também aqueles cujos pais trabalham no setor formal da economia apresentaram maior nível de alfabetização financeira, enquanto que os alunos com famílias pertencentes a grupos de baixa renda apresentaram níveis mais baixos de conhecimento.

Apesar de a estratégia ter sido bem sucedida, é necessário reforçar que para que a iniciativa junto às escolas seja efetiva, conforme expôs Cássia D’Aquino em sua entrevista, é fundamental que o professor seja bem preparado e tenha conhecimentos claros a respeito de seu papel e suas responsabilidades, além de ser realmente motivado a acender nos alunos um espírito crítico que os estimule a pensar e refletir sobre diferentes assuntos.

Em um cenário no qual uma das duas pontas – pais e escola – pode não ter conhecimento profundo sobre o assunto, a entrevistada Cássia D’Aquino defende que estes atores devem trabalhar em conjunto, já que a abordagem de educação financeira infantil ainda é muito incipiente e encontra muitos cétricos em seu caminho. A escola e os pais devem, portanto, atuar em conjunto para que pensem juntos em novas ideias e estratégias educacionais, criando um ambiente de mútuo reconhecimento e comprometimento, sempre lembrando que, ao lidar com crianças, não devem ser expostos conceitos complexos de finanças e nem motivá-los a poupar dinheiro pela pura acumulação, mas sim ensiná-los conceitos simples que se apliquem ao seu cotidiano de maneira natural motivando-os a se tornarem consumidores mais conscientes e responsáveis.

5.4.1 Instrumentos para aplicação nas escolas

Segundo publicação da OCDE (2005), a educação financeira deve começar o mais cedo possível e deve ser ensinada nas escolas e pelos pais. Isso porque, segundo a instituição, incluir a educação financeira como parte do currículo escolar infantil seria uma ferramenta eficiente no sentido de aumentar os conhecimentos financeiros e estabelecer um processo de longo prazo no qual as crianças adquirem conhecimento e habilidades para construir um comportamento financeiro consciente e responsável ao longo de cada estágio da educação. E a abordagem escolar seria especialmente importante nesse processo porque os pais podem não ter a disposição ou o conhecimento necessários para estabelecer esse aprendizado de longo prazo.

No entanto, a OCDE (2012) defende que, para que a abordagem de educação financeira escolar seja efetiva em escala mais abrangente, é preciso que ela seja parte de uma estratégia nacional direcionada à capacitação financeira da população, e não apenas uma estratégia isolada. Para isso, a organização expõe que o ideal seria que a estratégia possua uma instituição líder que assegure a relevância do projeto e a sustentabilidade de longo prazo. É interessante também que, na medida do possível, seja identificada uma fonte de financiamento que apoie o projeto desde o início e se mantenha sustentável.

Além disso, deve ser estabelecido um “quadro de aprendizagem” que defina metas, resultados, conteúdos, abordagens pedagógicas, recursos e planos de avaliação. Essa estratégia, que pode ser caráter nacional, regional ou local, deve garantir que o conteúdo explorado estimule conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

A instituição defende ainda que a educação financeira deve ser tida como parte essencial do currículo escolar. Apesar de poder ser explorada como uma disciplina isolada, o ideal é que ela converse com outras disciplinas do currículo escolar (como matemática, ciências sociais, atualidades e cidadania) e promova uma integração entre elas, já que tem o poder de trazer a ideia de realidade para o contexto das demais matérias, e consequentemente dando mais base na preparação das crianças para a vida real.

Como fator de destaque para a eficácia do ensino escolar, a instituição destaca também a importância dos professores: aqueles que estiverem envolvidos no projeto devem ser munidos dos recursos adequados e devidamente treinados, para que reconheçam a

importância da educação financeira e seus métodos pedagógicos, recebendo suporte e treinamento contínuos, além de acesso a materiais e ferramentas de ensino de alta qualidade e eficácia. Para que os alunos sejam devidamente motivados e encorajados, é preciso que os professores sejam instruídos a avaliar o progresso dessas crianças e reconhecer suas realizações.

6. CONCLUSÕES

Levando em consideração que a educação financeira aparece como uma habilidade fundamental para participação na sociedade moderna, o presente trabalho teve como objetivo inicial discorrer sobre o impacto que a educação financeira pode ter sobre os indivíduos e sobre a sociedade na qual estão inseridos. Comprovada a sua eficácia, foi explorada a vertente da educação financeira infantil como mecanismo de formação de adultos mais conscientes e responsáveis, atingindo os objetivos gerais e específicos do estudo e respondendo à pergunta de pesquisa proposta.

A elaboração do presente trabalho permite a obtenção de algumas principais conclusões. Em primeiro lugar, conclui-se que a educação financeira apresentada pela população de um país está ligada a alguns fatores, como o nível de renda e a qualidade da educação. Também foi possível concluir que há diferenças comportamentais entre os indivíduos de diferentes países, fato que pode ser estendido para mostrar o impacto da educação financeira. Além disso, aparece como primeira conclusão principal do trabalho o fato de que a educação financeira é efetiva no sentido de instruir os indivíduos a serem financeiramente mais responsáveis e mais conscientes, fazendo uso de produtos financeiros adequados e evitando ficarem em situação de inadimplência.

A partir dessas conclusões, justifica-se a adoção de políticas de educação financeira de longo prazo, em especial quando se fala na adoção de práticas de ensino financeiro infantil.

As crianças vêm crescendo em um mundo cada vez mais complexo e rapidamente mutável. Ao mesmo tempo, os produtos e serviços financeiros também ficam cada vez mais complicados, dificultando a tomada de decisões. Somado a esses fatores, vem o fato de que tanto o desenvolvimento econômico quanto o tecnológico propiciam alta integração global e mudanças massivas nas comunicações, nas transações financeiras, nas interações sociais e no comportamento do consumidor, aumentando ainda mais a complexidade da situação. Diante disso, é importante que sejam firmados os conceitos da educação financeira para que as crianças e adolescentes adquiram um nível de consciência de longo prazo tornando-os consumidores e investidores responsáveis, pois uma vez que estes comportamentos sejam

internalizados pelas crianças e adolescentes desde cedo, dificilmente se perderão ao longo de suas vidas.

A partir das hipóteses estruturadas e das análises realizadas, responde-se à pergunta de pesquisa proposta: “Como a educação financeira infantil pode auxiliar na formação de adultos mais conscientes e de que forma ela deve se estruturar para atingir este objetivo?”.

Tendo isso em vista, o presente trabalho buscou estruturar as principais abordagens e instrumentos a serem utilizados para garantir a eficácia da estimulação financeira infantil. E é aqui que emergem as demais conclusões principais do estudo.

Primeiramente, conclui-se que a educação financeira infantil é um processo de longo prazo que deve ser realizado de maneira contínua para que estimule comportamentos consistentes e responsáveis. Nesse sentido, para garantir máxima eficácia do projeto, a educação financeira deve ser estimulada e trabalhada tanto pelos pais quanto pela escola na qual a criança estuda, já que a preparação pedagógica dos professores em conjunto com instrumentos dos quais só os pais dispõem, como a mesada, irão oferecer as bases necessárias para que as crianças e jovens se tornem adultos mais conscientes e responsáveis, adotando hábitos de consumo e de investimento muito mais sustentáveis.

Em segundo lugar, verifica-se a importância de adequar o discurso adotado a cada faixa etária da fase infantil e adolescente, dado que o passar dos anos faz com que mude o nível de compreensão e de abstração dos indivíduos. Dessa forma, não se deve, por exemplo, introduzir conceitos complexos para crianças pequenas ou até mesmo infantilizar a abordagem direcionada aos adolescentes, pois essa prática comprometeria a eficácia da educação financeira como processo, cujo objetivo primordial é estabelecer ensinamentos de longo prazo que farão com que as crianças e jovens se tornem adultos mais conscientes.

Por outro lado, há algumas vertentes do ensino que se mostram atemporais, como por exemplo a importância de que os adultos sirvam de exemplos a serem seguidos e também a importância de fazer com que as crianças e adolescentes entendam as diferenças entre desejos, vontades e necessidades. Essa conscientização é fundamental para que o jovem se torne financeiramente educado e saiba distribuir seu orçamento de maneira a ter consciência de quanto pode gastar com a satisfação de seus eventuais desejos, de maneira consciente e sustentável, sem que isso interfira em seus objetivos de médio e longo prazo.

O processo a ser estabelecido e seguido é extenso, uma vez que seus objetivos primordiais são de longo prazo: vencer o desafio do consumo responsável e da conscientização da sustentabilidade pelo caminho da educação financeira exige comprometimento, foco e recorrência.

Mas os esforços justificam-se na medida em que são verificados os primeiros resultados. Além disso, por meio da educação financeira os jovens e crianças não aprendem somente a lidar com o dinheiro em si, mas também entendem e exploram conceitos como organização, planejamento, controle, responsabilidade e ética.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. *Aumento do investimento: o desafio de elevar a poupança privada no Brasil*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, dez. 1997.

ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. 384 p.

ACSO – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SOROCABA. *Endividamento X Inadimplência: você sabe a diferença entre os termos?* Ago. 2009. Disponível em: <<http://www.acso.com.br/exibecoluna.aspx?idColuna=6>>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.

ASERC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO. *Educação Financeira e as razões da inadimplência*. Jan 2012. Disponível em: <<http://www.aserc.org.br/educacao-financeira-e-as-razoes-da-inadimplencia>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2012a. *Juros e Spread Bancário*. Diretoria de Política Econômica. Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais. Jan 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%201-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 01 de Março de 2013.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2012b. *Trabalhos para Discussão nº 280*, Jun 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>>. Acesso em: 01 de Março de 2013.

BANCO MUNDIAL. 2011a. *The World Bank: Database*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador>>. Acesso em: 18 de Maio de 2013.

_____. 2011b. *Workshop ENEF - Results of the impact evaluation into the financial education pilot project in schools in 2010*. Washington D.C., Jun 2011. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2011/06/16334120/workshop-enef-results-impact-evaluation-financial-education-pilot-project-schools-2010>>. Acesso em: 15 de Maio de 2013.

_____. *Resolving Insolvency*. Jun 2012. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/resolving-insolvency/why%20matters>>. Acesso em: 07 de Maio de 2013.

BARRETO, A. M. R. *Situação atual da educação infantil no Brasil*. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições

de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

CALDAS, S. *Pais e mães enfrentam o consumismo infantil no Dia das Crianças*. Out 2011. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/outubro/pais-e-maes-enfrentam-o-consumismo-infantil-no-dia>>. Acesso em: 01 de Março de 2013.

CERBASI, G. *Pais inteligentes enriquecem seus filhos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2011. 176 p.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC Nacional*. Jan. 2012. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-7>>. Acesso em: 25 de Março de 2013.

COSTA, R. *A Educação infantil na Idade Média*. 2002. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-infantil-na-idade-media>>. Acesso em: 03 de Março de 2013.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. S. *Educação infantil: pra que te quero?* 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. 164 p.

CROKER, R. A.; HEIGHAM, J. *Qualitative research in Applied Linguistics: a practical introduction*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmilian, 2009. 240 p.

D'AQUINO, C. *Educação financeira: como educar seus filhos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 180 p.

_____. *A importância da educação financeira*. Fev. 2003. Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl34.htm>>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Nota Técnica 109: Spread e juros bancários*. Abr 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec109Spread.pdf>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

_____. *Nota Técnica 123: Um novo cenário para o setor financeiro no Brasil*. Abr 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec123CenarioSetorFinanceiro.pdf>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

DOMINGOS, R. *Entenda as diferenças entre dívida e inadimplência*. Portal UOL Consumidor Moderno, Jul 2012. Disponível em: <<http://consumidormoderno.uol.com.br/na-pele-do-consumidor/entenda-as-diferencas-entre-divida-e-inadimplencia>>. Acesso em: 04 de Abril de 2013.

FERRARI, M. *Friedrich Froebel: O criador dos jardins-de-infância defendia um ensino sem obrigações porque o aprendizado depende dos interesses de cada um e se faz por meio da prática*. Portal Educar para Crescer, Seção Pedagogia. Jul, 2011. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/friedrich-froebel-307910.shtml>>. Acesso em: 06 de Março de 2013.

FERREIRA, V. R. M. *Psicologia Econômica: origens, modelos, propostas*. Tese. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007. 316 p.

FREITAS, N. *Teoria Geral do Crédito Bancário*. Portal Newton Freitas. 2004. Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=203>>. Acesso em: 23 de Março de 2013.

GALLO, E; GALLO, J. *Como criar filhos financeiramente inteligentes*. 1 ed. São Paulo: Landscape, 2006. 256 p.

GODFREY, J. *Raising Financially Fit Kids*. 1 ed. Ten Speed Press, 2003. 224 p.

GODFREY, N. *Dinheiro não dá em árvore: um guia para os pais criarem filhos financeiramente responsáveis*. 1 ed. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007. 189 p.

GREENSPAN, A. *Prepared Statement, US Senate, Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs, Hearing on the State of Financial Literacy and Education in Americas*. 5 fev. 2003.

KIOYOSAKI, R. T.; Lechter, S.L. *Pai Rico, pai pobre: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro*. 66 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de Marketing*. 12 ed. São Paulo: Pearson Education, 2006. 776 p.

LIMA, S. V. *Educação infantil no mundo*. Mai 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/a-educacao-infantil-no-mundo-942990.html>>. Acesso em: 02 de Março de 2013.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 719 p.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3 ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994. 406 p.

MODERNELL, A. *Por que educação financeira para crianças?*. 2011. Disponível em: <<http://www.maisativos.com.br/index.php?ac=leiamais&ar=50>>. Acesso em: 04 de Março de 2013.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. *Endividamento e sobreendividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev 2002.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies*. Paris, 2005. 181 p.

_____. *The Importance of Financial Education*. Policy Brief. Jul, 2006.

_____. *Financial Education in schools*. International Network on Financial Education. OECD Publication, 2012. 8 p.

OLIVEIRA, Z. M. R. *Creches: Crianças, faz de conta & Cia*. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. 128 p.

OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

OLTRAMARI, R. *Educação financeira é a chave para alavancar os investimentos no Brasil*, 2013. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/divulgacao/entrevistas/pteducacao-financeira-chave-para-alavancar-os-investimentos-brasil/>>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

PASCHOAL, J.; MACHADO, M. C. *História da educação infantil no Brasil: Avanços retrocessos e desafios dessa modalidade educacional*. Mar 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

SANCHES, E. C. *Creche – realidade e ambiguidades*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 221 p.

SCHWAB, K. *The Global Competitiveness Report 2011-2012*. Geneva, World Economic Forum, 2011. 544 p.

SCIARRETTA, T. *Educação financeira chega ao ensino básico*. Folha de São Paulo, São Paulo, Mar, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1232225-educacao-financeira-chega-ao-ensino-basico.shtml>>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

SERASA EXPERIAN. *Países desenvolvidos investem na formação do aluno*. 2012. Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br/guia/08.htm>>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

_____. *Renda mais alta não melhora comportamento financeiro do brasileiro, revela indicador inédito de educação financeira da Serasa Experian*. Mai 2013. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01198.htm>. Acesso em: 16 de Maio de 2013.

TROSTER, R. L. *Spread bancário no Brasil*. Federação Nacional dos Bancos. 2002. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>>. Acesso em: 25 de Março de 2013.

XU, L.; ZIA, B. *Financial Literacy Around the World: An Overview of the Evidence with Practical Suggestions for the Way Forward*. The World Bank. Development Research Group: Finance and Private Sector Development Sector Team. Jun 2012.

WILTGEN, J. *Brasileiro é organizado, mas não conhece bem finanças*. Portal Revista Exame, São Paulo, Dez 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/brasileiro-e-organizado-mas-nao-conhece-bem-financas>>. Acesso em: 05 de Março de 2013.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A – Transcrição de entrevista realizada com Cássia D’Aquino

1. Como você define Educação Financeira Infantil?

É importante ressaltar primeiramente que a educação financeira, para crianças ou não, deve atender a quatro grandes áreas. Muitas pessoas associam a educação financeira apenas com a possibilidade de estabelecer um planejamento e cumpri-lo, ou seja, gastar menos do que se ganha. E isso é muito pouco, e talvez seja até a parte mais fácil da educação financeira. Na verdade alguém bem educado em relação a dinheiro deve ser capaz de transitar entre quatro grandes áreas. Em primeiro lugar, deve ser alguém que sabe ganhar seu dinheiro; em segundo lugar, deve saber poupar; em terceiro, deve ser alguém que sabe gastar esse dinheiro, ponderando escolhas em que os objetivos de vida sejam atendidos; por fim, deve-se perceber que o dinheiro não é a coisa mais importante, e não deve ser o centro da vida de ninguém.

Dessa forma, ao se lidar com crianças, deve-se atentar para o desenvolvimento dessas quatro áreas, não se trata de fazer da criança um pequeno financista ou um prodígio. Mas de ir construindo essa infraestrutura que vai garantir que na vida adulta a criança seja capaz de transitar por essas áreas e tenha uma boa relação com seu dinheiro. Esse processo de construção da relação com o dinheiro leva aproximadamente vinte anos.

2. A partir dessa definição, como você vê a evolução da Educação Financeira no Brasil? Há marcos relevantes?

Quando eu comecei a trabalhar com esse assunto há dezoito anos não existia em português o termo “Educação Financeira”. De lá para cá, por conta do prolongamento da estabilidade da moeda, ficou possível pensar mais sobre esse assunto. A educação financeira ganhou em todo o mundo, nos últimos anos, um destaque considerável. Aqui no Brasil isso também aconteceu.

De 2008 para cá, com a crise que se estabeleceu e agora com a situação mundial da economia, o tema vem ganhando mais importância. E como com todo assunto que vai

ganhando luzes, surgem iniciativas bastante interessantes, mas há também iniciativas oportunistas; no Brasil isso é reforçado pelo fato de que o tema ainda é bastante incompreendido, e há significativa distorção de valores, premissas e definições pertinentes ao tema da educação financeira. Diante dessa fase confusa, agravada pela situação dos pais que não sabem o que fazer nem como fazer, vem se estabelecendo uma espécie de peneira, que naturalmente selecionará as melhores iniciativas e projetos.

3. Em seu livro “Educação Financeira: como educar seus filhos”, você cita que o papel primordial no sentido de educar as crianças financeiramente é dos pais. Mas e se os pais não tiverem nenhum conhecimento? E qual você acredita ser, então, o papel da escola na educação financeira infantil?

Os pais exercem a principal influência nesse processo. A escola pode e deve incentivar o consumo consciente e o senso crítico, e incentivar que seus alunos se interessem pelo processo, e não apenas pelo produto (“ter dinheiro”).

Se os pais não tiverem conhecimento, a escola deve se esforçar também no sentido de conscientizá-los sobre a importância da educação financeira. No entanto, muitas vezes as escolas também não têm esse conhecimento e não estavam preparadas para tal. Devem, portanto, promover reuniões para que escola e pais pensem juntos em novas ideias e estratégias educacionais, criando espaço de discussão para que haja um mútuo reconhecimento da importância de caminharem juntos.

As escolas devem se dedicar não apenas a promover, especificamente, conhecimentos financeiros em seus alunos, mas sim se esforçar com o objetivo de estimular o senso crítico como um todo, para que seus alunos venham a se tornar adultos mais maduros e conscientes.

4. Como você defenderia a importância da educação financeira para alguém que não visse vantagens no modelo?

Os pais são muito sensíveis com relação a novos assuntos. Há um fato curioso que marca muito os pais quando eles têm, sobretudo, o primeiro filho, que é a percepção de que eles são mortais. Pela primeira vez passa pela cabeça deles o questionamento “se eu morrer, o que vai ser dessa criatura?”, e esse é um susto que acende nos pais e que pode servir para mostrar a eles o seguinte: o seu filho, tendo por base a evolução da medicina, viverá até os

120 ou 130 anos, e isso em um mundo em que a busca por trabalho se tornará cada vez mais acirrada. Ou seja, haverá mais gente vivendo por mais tempo disputando um número menor de vagas de trabalho.

Portanto, é preciso preparar essas gerações para algumas situações: primeiro, para que sejam capazes de trabalhar em qualquer lugar do mundo, e saibam lidar com diferentes condições de trabalho e de solução de problemas, isso é educação financeira, isso é ensinar a ganhar dinheiro (ganhar dinheiro é resolver problemas e encontrar soluções); em segundo lugar há outro fator que deixa os pais muito interessados no assunto que é a ideia propriamente de que os filhos precisam aprender a desenvolver uma mentalidade poupadora, pois não apenas viverão muito mais tempo mas também o farão em uma circunstância em que não poderão contar com o governo para suprir qualquer forma de aposentadoria e também vão passar, quase certo, por momentos de solavancos econômicos, como por exemplo a crise de 2008 que se arrasta por agora, haja vista o que acontece na Espanha, Grécia e Portugal, com seus altos índices de desemprego. Esses filhos passarão por esses momentos e devem, portanto, ter uma poupança que possibilite a superação dessas fases de turbulência econômica, de eventual desemprego, e de um possível rearranjo nas carreiras. Esses dois argumentos, do ponto de vista egoísta dos pais, costumam funcionar bastante bem para mostrá-los e eventualmente convencê-los da importância da educação financeira infantil. E há, por fim, um terceiro aspecto não apenas à relação exclusiva de pais e filhos, mas à própria condição humana, que é a importância de reforçar na educação das crianças que todo ganho e todo uso do dinheiro deve ser regido pela mais estrita ética: do ponto de vista social, é importante que os pais compreendam que seus filhos devem crescer tendo isso em mente.

5. O meu estudo é baseado na hipótese de que a educação financeira ajuda na formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis em termos financeiros. Você concorda com essa hipótese? Quais seriam os efeitos da educação financeira infantil na vida adulta?

Concordo sim, sem dúvida nenhuma. Alias, é um princípio conhecido e estudado por Freud e Piaget, por exemplo, de que as bases para a maneira como construímos a mentalidade na vida adulta são estabelecidas na infância, por volta dos cinco ou seis anos. Diante disso, pode-se supor que com o dinheiro o processo é o mesmo. É claro que há uma confusão frequente no sentido de se supor que tudo que um adulto deva saber sobre dinheiro deve ser transmitido em sua fase infantil e até seus cinco ou seis anos de idade, o que não é

verdade. Não é uma questão de informação, é uma questão de formação. E é nessa diferença que está toda a delicadeza do processo.

6. A idade ideal para iniciar a realização de esforços de educação financeira seria portanto por volta dos cinco ou seis anos?

Esse é sim um bom momento para o trabalho com o dinheiro, como com todos os demais fatores que dizem respeito à formação da mentalidade de um cidadão. É nessa fase que são estabelecidas as bases de tudo o que constituirá a mentalidade adulta. Não significa que depois disso seja impossível mudar, mas o período que vai de zero a seis anos é sim um bom momento para que os pais percebam a importância que as crianças recebam essa formação que será fundamental para uma relação futura mais saudável e consistente com o dinheiro.

7. Há evidências de mudanças comportamentais nas crianças após o contato com a educação financeira?

Sem dúvida nenhuma. Em um trabalho contínuo e estruturado, ano após ano é possível notar mudanças no comportamento, no tipo de ação, na forma como os alunos se posicionam perante as situações e os problemas apresentados (o tipo de pergunta que fazem), e no tipo de resposta que procuram estruturar. O trabalho contínuo e ininterrupto estimula a reflexão e gera maturidade em relação às mais diferentes questões, englobando aqui a questão no dinheiro.

8. Tendo em vista que o objetivo do trabalho é mostrar os efeitos da educação financeira, é importante destacar a importância de dados numéricos concretos. Quais parâmetros seriam adequados, em sua opinião, para medir a educação financeira de um país?

Não acho válido, por exemplo, levar em conta apenas o conhecimento de parâmetros como a taxa de juros ou a inflação. Acredito que tem mais sentido buscar verificar se a população tem a formação aliada às informações corretas e pertinentes e sabe aplicar esse conhecimento de maneira satisfatória.

Pode-se pensar em medir a educação financeira de um país, portanto, pelo seu grau de endividamento, pelo grau de poupança interna, pela capacidade da população de atribuir objetivos a essa poupança, pela capacidade de ordenação do dinheiro no tempo, e pela

relação entre inadimplência e endividamento, de modo a descobrir quantos dos endividados de fato se tornam inadimplentes. Uma combinação dos fatores “endividamento”, “poupança” e “inadimplência X endividamento” pode fornecer uma base comparativa satisfatória.

9. Para finalizar, gostaria de saber se você pode citar exemplos de escolas em São Paulo que tenham adotado o modelo de valorização da educação financeira infantil e a implantado com sucesso.

Claro, há algumas escolas que tiveram iniciativas muito bem sucedidas, pela maneira como estabeleceram e promovem esse debate. Há um numero bastante grande de escolas, mas evidente que me refiro às escolas que conheço, frequento e tenho contato com os alunos. Posso citar aqui em São Paulo o Santo Américo, o Porto Seguro e o Stance Dual.

Essas escolas estimulam o pensamento crítico e a capacidade de pensar sobre o assunto, não com foco apenas na educação financeira, a educação financeira aparece como componente na maneira como a escola encaminha a educação dos alunos, mas sim com foco em uma perspectiva crítica, provocadora, em que os alunos se sentem à vontade para ter dúvidas e também manifestar essas dúvidas perante os colegas e professores. As crianças não são doutrinadas, mas estimuladas a pensar sobre o assunto que esta sendo apresentado a elas naquele momento.

Há iniciativas muito interessantes em todo o país e em diversas outras escolas, de todos os tipos, e é importante aqui colocar um fator determinante: o talento do professor. Um professor talentoso é capaz de acender esse espírito crítico nos alunos, o que não tem ligação com o preço da mensalidade, mas sim com a condição de um professor realmente vocacionado e motivado.

APÊNDICE B – Tabela de dados para análise de comparação entre países

Esta seção expõe a tabela anteriormente referida na qual constam os valores de PIB per capita, inadimplência bancária, poupança interna bruta e qualidade da educação primária dos oitenta e oito países selecionados para análise na base de dados do Banco Mundial (2011a). Os países estão ordenados de maneira decrescente com relação ao PIB per capita e a data selecionada para coleta dos dados foi o ano de 2011, por ser o último ano com resultados consolidados.

Tabela 4 - Parâmetros de comparação – geral

Nome do país	PIB per capita (em dólares americanos)	Inadimplência bancária (% do total de empréstimos)	Poupança interna bruta (% do PIB)	Qualidade da educação (escala de 1 a 7)
Luxemburgo	114.231,75	0,4	52,32	4,7
Suíça	83.325,93	0,8	31,52	5,9
Kuwait	62.664,10	7,3	62,62	3,4
Austrália	61.789,48	2,0	28,20	5,6
Dinamarca	59.889,01	3,7	22,82	4,9
Suécia	57.113,93	0,7	25,80	5,1
Holanda	50.085,06	2,7	27,03	5,5
Áustria	49.581,46	2,7	26,53	4,9
Finlândia	48.811,77	0,5	20,21	6,7
Estados Unidos	48.111,97	4,1	11,13	4,6
Irlanda	47.478,13	16,1	32,76	5,6
Bélgica	46.607,69	2,8	23,00	6,4
Singapore	46.241,02	1,1	49,11	6,1
Japão	45.902,67	2,4	18,95	5,1
Alemanha	44.021,22	3,0	23,34	4,6
Islândia	43.967,26	23,0	22,78	5,8
França	42.379,26	4,3	17,83	4,8
Reino Unido	38.974,32	4,0	13,31	5,0
Itália	36.130,45	11,7	18,19	4,5
Espanha	31.984,73	6,0	20,75	3,3
Grécia	25.629,81	14,4	8,02	3,6
Eslovênia	24.132,03	11,8	22,63	4,7
Portugal	22.484,95	7,5	13,65	4,0
Coréia do Sul	22.424,06	1,4	31,47	5,0
Malta	21.379,73	7,3	17,46	5,2
República Tcheca	20.676,90	5,2	28,59	4,3

(continua)

Nome do país	PIB per capita (em dólares americanos)	Inadimplência bancária (% do total de empréstimos)	Poupança interna bruta (% do PIB)	Qualidade da educação (escala de 1 a 7)
Arábia Saudita	20.540,31	2,3	50,09	4,7
Estônia	16.534,26	4,1	28,70	5,4
Chile	14.394,46	2,4	27,99	2,7
Croácia	14.193,33	12,3	20,97	4,5
Lituânia	14.099,99	16,3	17,35	4,7
Hungria	14.042,64	13,4	26,43	4,1
Uruguai	13.866,26	1,3	19,17	3,7
Letônia	13.726,91	13,9	22,29	4,4
Federação Russa	12.995,03	6,6	33,76	4,0
Brasil	12.593,89	3,5	18,99	2,5
Cazaquistão	11.356,58	30,8	43,91	3,6
República Gabonesa	11.113,89	5,5	55,76	-
Argentina	10.941,96	1,2	24,87	3,1
Venezuela	10.809,56	1,4	33,32	2,8
Turquia	10.524,00	2,6	14,93	3,2
México	10.047,13	2,1	23,78	2,8
Malásia	9.977,32	2,7	39,48	5,0
Líbano	9.413,13	3,7	6,37	5,6
Romênia	8.874,32	14,3	23,66	4,0
Ilhas Maurítius	8.755,37	2,8	13,19	4,0
Costa Rica	8.646,80	1,8	16,37	4,8
África do Sul	8.070,03	4,7	19,13	2,4
Panamá	7.498,38	0,9	24,22	2,4
Bulgária	7.282,52	14,9	23,75	3,5
Montenegro	7.110,63	15,5	-6,46	4,4
Colômbia	7.104,03	2,5	22,30	3,6
Sérvia	6.312,33	19,0	9,71	3,7
Peru	6.017,91	2,9	29,38	2,2
Belarus	5.819,92	4,2	34,20	-
República Dominicana	5.530,06	2,6	6,06	1,8
China	5.444,79	1,0	52,52	5,7
Namíbia	5.383,26	1,5	12,17	3,0
Macedônia	5.057,97	9,5	7,61	3,6
Tailândia	4.972,37	2,9	31,16	3,5
Bósnia Herzegovina	4.820,67	11,9	-1,84	4,5
Jordão	4.665,94	8,5	-2,82	4,0
Equador	4.496,47	3,2	20,51	3,1
Albânia	4.029,73	18,8	3,14	4,4
Suazilândia	3.830,57	7,5	1,41	-
El Salvador	3.701,99	3,6	-5,01	2,5
Paraguai	3.629,07	1,7	9,69	2,0
Ucrânia	3.615,38	14,7	16,06	4,2

(conclusão)

Nome do país	PIB per capita (em dólares americanos)	Inadimplência bancária (% do total de empréstimos)	Poupança interna bruta (% do PIB)	Qualidade da educação (escala de 1 a 7)
Kosovo	3.579,23	5,7	-9,85	-
Indonésia	3.494,60	2,1	34,18	4,1
Armênia	3.305,49	3,4	6,85	3,4
Geórgia	3.202,53	4,6	6,95	3,2
Guatemala	3.178,08	1,6	2,86	2,2
Marrocos	3.053,53	4,8	21,48	3,2
Egito	2.780,95	10,9	12,87	2,4
Bolívia	2.373,95	1,7	25,27	2,9
Filipinas	2.369,70	2,6	16,71	3,1
Honduras	2.247,23	2,9	5,82	2,4
Moldova	1.967,21	10,7	-16,72	3,7
Gana	1.570,13	14,1	5,43	3,3
Índia	1.508,54	2,3	29,00	3,4
Paquistão	1.189,37	16,2	8,00	3,2
Senegal	1.119,36	16,2	10,90	3,6
Lesoto	1.105,91	2,2	-31,32	3,1
Quênia	808,00	4,4	4,27	3,9
Moçambique	533,31	2,6	7,75	2,4
Serra Leoa	495,71	15,1	2,99	-
Uganda	487,11	2,2	13,80	3,3

Fonte: adaptado de base de dados do Banco Mundial (2011a) e Schwab, K. (2011).